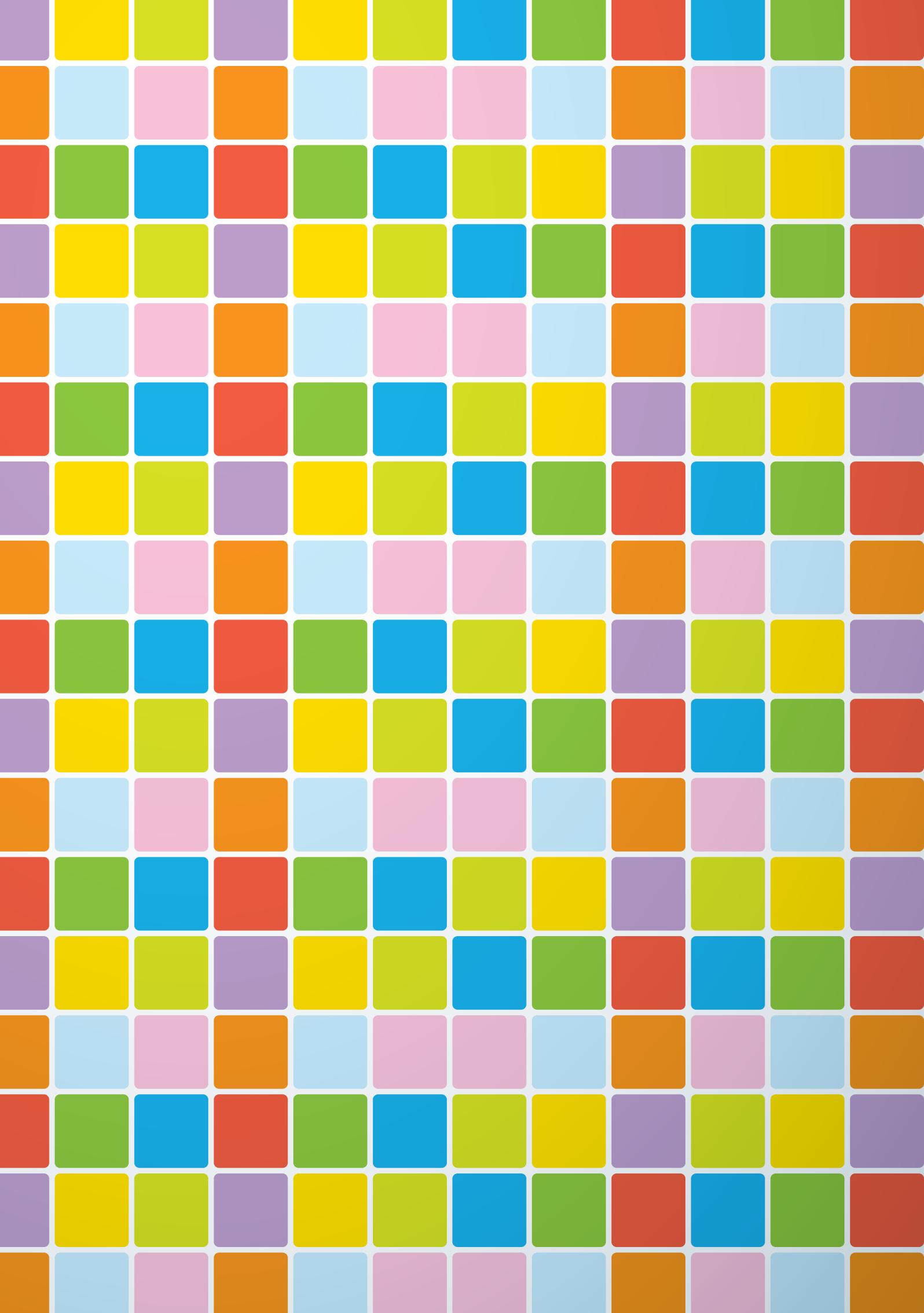
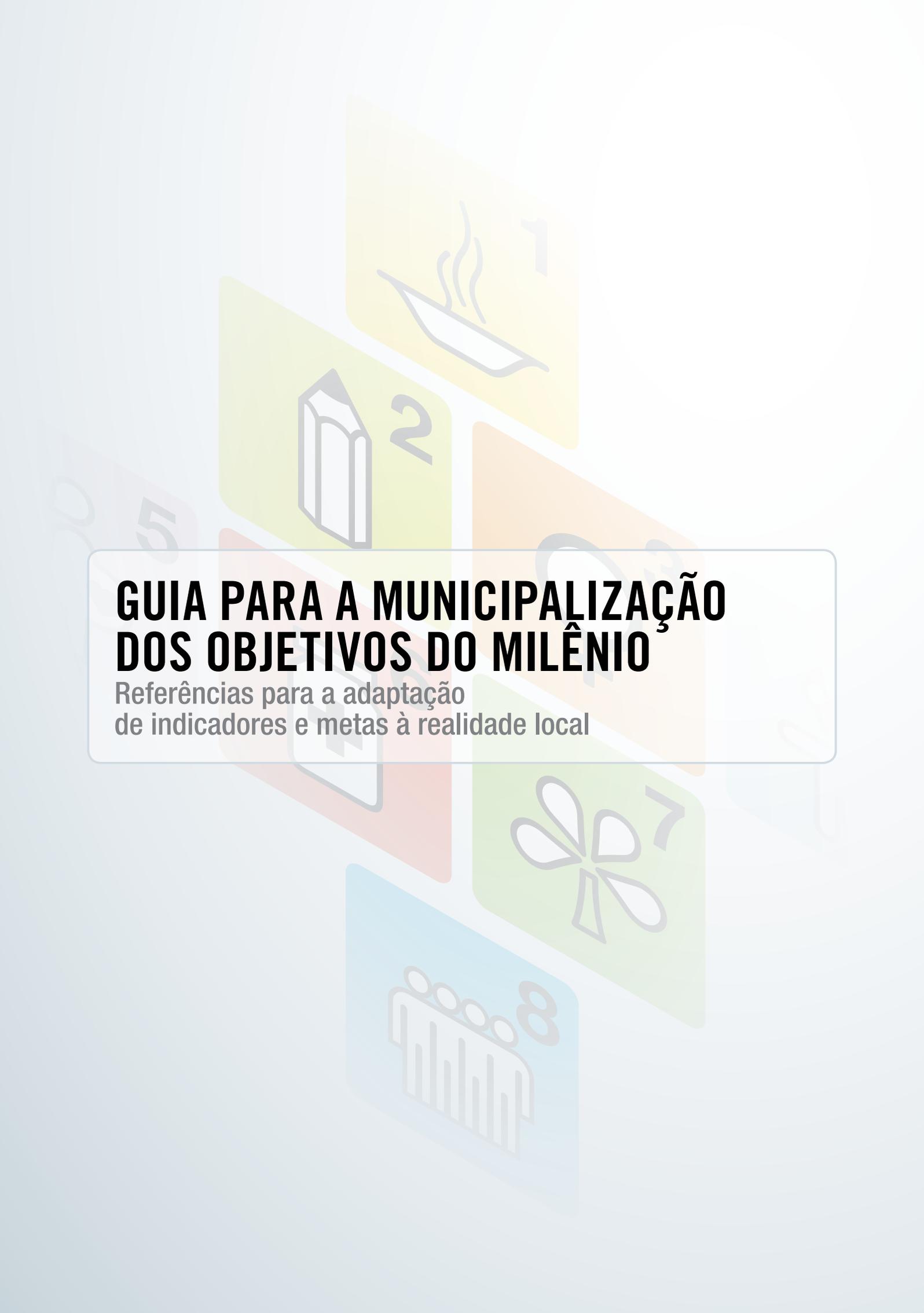




GUIA PARA A MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Referências para a adaptação
de indicadores e metas à realidade local





GUIA PARA A MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Referências para a adaptação
de indicadores e metas à realidade local

ELABORAÇÃO

Agenda Pública – Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas

COORDENAÇÃO

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODUÇÃO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria Geral da Presidência da República

EDITORAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Fuego Comunicação Criativa

Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio. Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local

Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio - Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local / Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (elaboração), São Paulo: [s.n.], 2009.

50 p.

1. Objetivos do Milênio. 2. Municipalização. 3. Desenvolvimento.
I. Título.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODERÁ SER REPRODUZIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

apresentação

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de oito diretrizes estabelecidas com base na Declaração do Milênio. Esse documento, proposto pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, foi criado para contribuir com a construção de um mundo pacífico, justo e sustentável no século XXI.

Reconhecendo a relação dos ODM com diversos de seus artigos constitucionais, o Brasil tornou-se signatário dessa declaração já naquele ano. Assim, assumiu o compromisso de trabalhar para cumprir, até 2015, os objetivos e metas previstos nos ODM e ampliar seu desenvolvimento.

Para conscientizar e mobilizar a sociedade e os governos brasileiros em torno do tema, em 2004, o governo federal, o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (Pnud) e organizações da sociedade civil e do setor produtivo uniram-se no Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Dessa iniciativa apartidária e ecumênica, nasceu a Campanha Nós Podemos – 8 Jeitos de Mudar o Mundo, de promoção das metas do milênio. A campanha idealizou oito ícones, que representam os ODM, e que rapidamente se espalharam pelo território nacional. Os símbolos também foram adotados por outros países e pela própria sede das Nações Unidas.

Desde então, uma série de iniciativas sociais espontâneas em prol dos ODM vem se desenhando no Brasil. São redes intersetoriais, fóruns de debate, conselhos e outros movimentos temáticos, que buscam criar um esforço coletivo para alcançar os objetivos e metas no prazo previsto.

Uma dessas experiências é a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, cuja primeira edição foi realizada em 9 de agosto de 2004. Durante a abertura oficial desse evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou a ideia de premiar práticas positivas de governos e de organizações, com foco nos ODM. O objetivo era estimular novas ações e reconhecer as já existentes.

Dessa forma, foi instituído o Prêmio ODM Brasil, uma ação do governo federal, em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e com o Pnud. Em 2009, o prêmio está em sua 3ª edição. Junto com outras ações de apoio a boas práticas, o Prêmio ODM Brasil proporciona um importante intercâmbio de experiências e contatos entre os municípios e reúne um significativo número de entidades da sociedade civil, do setor produtivo e organismos internacionais.

Mais focada na cooperação entre as iniciativas de municípios, outra ação que estimula a troca de saberes é a Rede ODM Brasil. Criada em 2009, sob a liderança das prefeituras de Santos (SP) e de Belo Horizonte (MG), com o apoio do Pnud e da organização da sociedade civil Agenda Pública – Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas, a rede constitui-se em um instrumento de apoio à elaboração de planos e ações locais de implementação dos ODM.

A tarefa de criar uma consciência nacional pelo cumprimento dos ODM exige certamente uma ação articulada entre todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Grande parte dos esforços depende dos gestores locais, pois se na média muitos dos indicadores brasileiros são razoáveis ou bons, os dados desagregados revelam muitas fragilidades regionais e locais.

Nesse contexto, os municípios podem e devem assumir um papel de protagonistas do desenvolvimento. Por estarem próximos da população, eles têm uma posição estratégica na hora de dialogar e compreender os anseios da comunidade. Além disso, são responsáveis pela gestão de diversas políticas públicas que contribuem para os ODM.

Este *Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio* visa ajudar os gestores municipais e seus quadros técnicos a identificar como contribuir para a melhoria das condições de vida da população mundial. De forma didática, a obra apresenta a relação entre os ODM e os poderes locais, uma sugestão metodológica para municipalizar os ODM, além dos indicadores básicos que podem ser adotados por qualquer município disposto a monitorar e avaliar o processo.

O guia pode ser lido de forma linear ou por tópicos de interesse. Em cada capítulo, há sugestões de aprofundamento dos temas. Longe de esgotar o assunto, a publicação pretende trazer referências para que cada município desenvolva suas próprias estratégias de municipalização dos ODM.

A obra é uma iniciativa do Pnud e da Agenda Pública, com o apoio de diversas organizações da sociedade civil, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e do Governo Federal. A produção de seu conteúdo teve a colaboração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja missão é promover o planejamento e a melhoria da gestão pública para o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo do país.

A publicação e a disseminação deste guia têm o apoio da Secretaria Geral da Presidência da República. A iniciativa está alinhada às ações do Prêmio ODM Brasil e de adesão à Agenda de Compromissos – Governo Federal e Municípios 2009-2012. Lançada pela Secretaria de Assuntos Federativos, a Agenda de Compromissos está disponível no Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br).

sumário

» Percebi que, no índice, o capítulo 2 está com o título errado. O certo é "Os ODM e o Brasil", localizado na página 11. Os "ODM e os municípios" deve ser transformado em um subitem, seguindo o padrão de "Adaptação dos ODM ao contexto nacional" e "Quadro dos objetivos e metas brasileiras do milênio".

1. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	9
» Quadro de objetivos e metas do milênio	10
2. OS ODM E O BRASIL	11
» Os ODM e a Constituição brasileira	12
» Adaptação dos ODM ao contexto nacional	13
» Quadro dos objetivos e metas brasileiras do milênio	13
3. OS ODM E OS MUNICÍPIOS	15
» Responsabilidade municipal	15
» Relação ganha-ganha	16
4. METODOLOGIA DE MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO	18
» Síntese das etapas de municipalização dos ODM	18
» PASSO 1: Formar o comitê de acompanhamento dos ODM	19
» PASSO 2: Elaborar um diagnóstico do perfil municipal dos ODM	20
» Indicadores básicos para o monitoramento municipal dos ODM	21
» PASSO 3: Construir um plano de ação de médio e longo prazos	22
» Ações de impacto rápido	24
» Os ODM e as ferramentas de planejamento municipal	25
» Principais instrumentos do planejamento orçamentário municipal	26
» A quem compete fiscalizar a execução orçamentária e a avaliação do cumprimento das metas previstas no PPA?	27
» PASSO 4: Construir um sistema de monitoramento e avaliação	28

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS ODM	30
» Criação de um sistema de monitoramento e avaliação	32
» Cuidados metodológicos	33
» Quadro de referência: leitura e compreensão de indicadores multicausais	33
» Refinamento da análise	36
6. REDE ODM BRASIL: COOPERANDO PARA GANHAR	38
ANEXO 1:	
PANORAMA DOS ODM NO BRASIL	39
» 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome	39
» 2. Atingir o ensino básico universal.....	39
» 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.....	40
» 4. Reduzir a mortalidade infantil.....	41
» 5. Melhorar a saúde materna	41
» 6. Combater o HIV / Aids, a malária e outras doenças.....	41
» 7. Garantir a sustentabilidade ambiental.....	42
» 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	43
ANEXO 2:	
SUGESTÕES DE PARÂMETROS PARA REALIZAR O DIAGNÓSTICO DO PERFIL MUNICIPAL DOS ODM	44
ANEXO 3:	
BOAS PRÁTICAS	49
» O caso de Belo Horizonte.....	49
» O caso de Santos	50

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de oito diretrizes estabelecidas por países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de contribuir para a construção de um mundo pacífico, justo e sustentável no século XXI. Elas foram desenhadas com base em um amplo debate realizado entre chefes de Estado, especialistas e a sociedade civil, durante as conferências internacionais sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento social, realizadas na década de 1990.

A ideia desses líderes era descrever o que era necessário fazer para reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável até 2015. Durante a Cúpula do Milênio, realizada no ano 2000, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque (Estados Unidos), os chefes de Estado dos 191 países presentes elaboraram o texto-base dos ODM e, no ano seguinte, comprometeram-se a:

1. erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. atingir o ensino básico universal;
3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV/aids, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Os ODM representam uma grande evolução em relação a outros planos de desenvolvimento mundial porque propõem uma agenda que engloba as dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, incentivam a participação conjunta de cidadãos, governos e sociedade para avançar rumo ao desenvolvimento humano.

Por meio de um mecanismo com 21 metas e 60 indicadores, os ODM podem ser acompanhados por qualquer pessoa de qualquer município, região ou país. Esses instrumentos tornaram-se um importante elemento para a construção de políticas públicas e são fundamentais para avaliar e comparar o comportamento de cada objetivo em diferentes espaços e no decorrer do tempo.



- Declaração do Milênio (www.pnud.org.br/odm)
- Nós Podemos (www.nospodemos.org.br)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (www.pnud.org.br)
- Prêmio ODM Brasil (www.odmbrasil.org.br)
- Portal ODM (www.portalodm.org.br)

» Quadro de objetivos e metas do milênio

OBJETIVOS	METAS
1. Erradicar a extrema pobreza e a fome	<p>1A - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia</p> <p>1B - Alcançar emprego integral produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens</p> <p>1C - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome</p>
2. Atingir o ensino básico universal	<p>2A - Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino básico</p>
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	<p>3A - Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos primário e secundário até 2005</p>
4. Reduzir a mortalidade infantil	<p>4A - Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos</p>
5. Melhorar a saúde materna	<p>5A - Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna</p> <p>5B - Garantir, até 2015, acesso universal à saúde reprodutiva</p>
6. Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças	<p>6A - Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/aids</p> <p>6B - Garantir, até 2010, acesso ao tratamento para HIV/aids para todos os que precisam</p> <p>6C - Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças</p>
7. Garantir a sustentabilidade ambiental	<p>7A - Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015</p> <p>7B - Até 2010, reduzir significativamente a perda da biodiversidade</p> <p>7C - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura</p> <p>7D - Até 2020, alcançar uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados</p>
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	<p>8A - Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório</p> <p>8B - Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública mais generosa para o desenvolvimento aos países empenhados na luta contra a pobreza</p> <p>8C - Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral)</p> <p>8D - Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais e de modo a tornar sua dívida sustentável a longo prazo</p> <p>8E - Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento</p> <p>8F - Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações</p>

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Os ODM e o Brasil

O Brasil é um país com grandes desigualdades sociais e econômicas. Por consequência, enquanto os 10% mais pobres têm uma renda familiar média *per capita* de R\$ 66,52, os 10% mais ricos ganham R\$ 2.830,51, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os mais pobres precisam, portanto, trabalhar três anos e oito meses para receber o que os mais ricos ganham em um mês.

Reconhecendo essa situação e avaliando que vários dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) tinham relação direta com a Constituição Federal (*saiba mais no quadro Os ODM e a Constituição brasileira, na página 12*), em 2000, o governo brasileiro tornou-se signatário da Declaração do Milênio. Com isso, assumiu o compromisso de trabalhar para cumprir, até 2015, as metas internacionais propostas pelos Estados membros da ONU.

Atualmente, os ODM são considerados pelos entes federativos brasileiros um importante instrumento para enfrentar a pobreza estrutural e a vulnerabilidade social do país. Mas, para que as metas e indicadores ganhassem em eficácia, foi preciso adaptá-los (*confira o item Adaptação dos ODM ao contexto nacional, na página 13*).

O governo federal tem dirigido seus investimentos a diversas áreas relacionadas aos ODM, em especial para a erradicação da pobreza e da fome. O mesmo vem sendo feito por governos estaduais e municipais e também por empresas e organizações da sociedade civil. No final de 2006, uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília para a rede mundial World Values Survey apontou que quase 21% dos brasileiros já tinham ouvido falar dos ODM. De 28 países pesquisados, o Brasil é a nona nação em que mais se conhece a iniciativa. O país conseguiu sensibilizar parte importante da sociedade em torno do tema.

Os avanços dessa mobilização são sensíveis. Na média, segundo o governo federal e conforme indica o site de monitoramento internacional dos ODM (MDG Monitor), **o Brasil alcançou ou está muito próximo de alcançar os objetivos 1, 2, 3, e 6 (em sua meta de conter o avanço da aids)**. Apesar de não ter alcançado **o objetivo 4**, estimativas das Nações Unidas mostram que ele **será atingido**. Já **os objetivos 5** (melhorar a saúde materna), **7** (garantir a sustentabilidade ambiental) e **8** (estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento) **ainda demandam atenção e precisam de melhoras significativas para que se alcancem as metas**.

Se o andamento dos ODM vai relativamente bem no âmbito nacional, em termos específicos, no entanto, o país tem muito que caminhar. Quando se faz o recorte da população negra, por exemplo, observa-se que muitas das metas estão longe de ser cumpridas. As disparidades regionais também se fazem presentes. Os estados das regiões Sul e Sudeste continuam com indicadores sociais muito mais favoráveis do que os do Norte e do Nordeste.

Por isso, é fundamental entender a condição dos ODM em cada município e o que é necessário fazer para alcançar os objetivos e metas em cada localidade. Alguns dados sobre a situação dos municípios brasileiros podem ser encontrados no Portal ODM (*saiba mais na página 16*). Para entender a situação atual do Brasil em relação aos ODM, *confira o anexo Panorama dos ODM no Brasil, na página 39*.

» Os ODM e a Constituição brasileira

A Constituição Federal (CF), de 1988, estabelece os princípios que norteiam a ação do Estado nacional. A análise de seus artigos revela que as diretrizes da nação brasileira estão diretamente relacionadas às dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O artigo 1º da Carta Magna, por exemplo, mostra o compromisso nacional com o princípio da dignidade da pessoa humana – o mesmo que orienta a base dos direitos humanos em todo o mundo.

O quadro abaixo apresenta a relação dos ODM com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (explícitos no artigo 3º da CF) e com alguns outros artigos da Carta Magna. A comparação mostra que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio podem servir de parâmetro para a atuação não apenas do governo federal, mas também dos estados e municípios.

	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
	Erradicar a extrema pobreza e a fome	Artigo 3º, Inciso III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
	Atingir o ensino básico universal	Artigo 3º, Inciso I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária Artigo 205º - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho
	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Artigo 3º, Inciso IV - Promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
	Reduzir a mortalidade infantil	Artigo 3º, Inciso IV - Idem Artigo 196º - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação
	Melhorar a saúde materna	Artigo 3º, Inciso IV - Idem Artigo 196º - Idem
	Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças	Artigo 3º, Inciso IV - Idem Artigo 196º - Idem
	Garantir a sustentabilidade ambiental	Artigo 3º, Inciso IV - Idem Artigo 225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações
	Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	Artigo 3º, Inciso II - Garantir o desenvolvimento nacional Artigo 4º, Inciso IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade

Fonte: Associação Paranaense do Ministério Público e Constituição Federal

» Adaptação dos ODM ao contexto nacional

As metas dos ODM não foram criadas para ser um modelo único. Elas devem se adequar ao contexto de cada país ou região, tendo em vista o comprometimento com a aceleração do desenvolvimento humano. Por isso, o Brasil adaptou algumas das metas, consideradas importantes para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Como o país avançou rapidamente e alcançou as **meta 1A e 1B** (referentes ao **objetivo 1**) muito antes de 2015, colocou-se metas mais ambiciosas. A chamada **meta 1A Brasileira** propõe reduzir a um quarto, e não apenas à metade, o número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. A **meta 1C Brasileira** prevê a erradicação completa da fome até 2015.

Em relação ao **objetivo 2**, o país já quase atingiu a universalização do Ensino Fundamental. Tendo em vista os altos índices de evasão escolar e a defasagem idade-série, o desafio agora, refletido na **meta 2A Brasileira**, é garantir que, até 2015, as crianças de todas as regiões do país que estão na escola, independentemente da cor da pele e sexo, concluam o Ensino Fundamental.

Apesar do avanço do Brasil na saúde, os progressos têm sido bastante lentos no que se refere à saúde da mulher, previstos no **objetivo 5**. Por essa razão, além da meta de diminuição dos óbitos maternos, o governo federal estabeleceu duas novas metas. A **meta 5B Brasileira** busca promover a cobertura universal por meio de ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015 na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). A **meta 5C Brasileira** propõe que o crescimento da mortalidade decorrente dos cânceres de mama e de colo de útero no país seja estagnado e que, até 2015, se comece a inverter a tendência de alta nesses números.

Por meio da **meta 6C Brasileira**, que diz respeito ao **objetivo 6**, o Brasil se compromete a deter o avanço da malária e da tuberculose e a reduzir suas incidências. A hanseníase também é alvo dos ODM brasileiros. A **meta 6D Brasileira** foi acrescentada para eliminar completamente essa doença no país até 2010.

As metas do milênio são monitoradas por uma série de indicadores a elas relacionados. A adaptação dessas metas ao contexto nacional e a criação de novas metas geraram a necessidade de também se desenvolver novos indicadores para medi-las. O processo de ajuste das metas e dos indicadores foi longo e contou com a participação de diversos ministérios e órgãos do governo federal, além de programas e organismos das Nações Unidas.

» Quadro dos objetivos e metas brasileiras do milênio

As metas exclusivamente nacionais estão destacadas em verde.

OBJETIVOS	METAS BRASILEIRAS
1. Erradicar a extrema pobreza e a fome	<p>1A Brasileira - Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina a diferença de custo de vida entre os países) por dia</p> <p>1B - Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens</p> <p>1C Brasileira - Erradicar a fome entre 1990 e 2015</p>
2. Atingir o ensino básico universal	<p>2A Brasileira - Garantir que, até 2015, as crianças de todas as regiões do país, independentemente de cor e sexo, concluam o Ensino Fundamental</p>
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	<p>3A - Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005</p>
4. Reduzir a mortalidade infantil	<p>4A - Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos</p>

<p>5. Melhorar a saúde materna</p>	<p>5A - Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna</p> <p>5B Brasileira - Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015</p> <p>5C Brasileira - Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual</p>
<p>6. Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças</p>	<p>6A - Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/aids</p> <p>6B - Garantir, até 2010, acesso ao tratamento para HIV/aids para todos os que precisam</p> <p>6C Brasileira - Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose</p> <p>6D Brasileira - Até 2010, ter eliminado a hanseníase</p>
<p>7. Garantir a sustentabilidade ambiental</p>	<p>7A - Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015</p> <p>7B - Até 2010, reduzir significativamente a perda da biodiversidade</p> <p>7C - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura</p> <p>7D - Até 2020, alcançar uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados</p>
<p>8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento</p>	<p>8A - Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório</p> <p>8B - Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME); e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública mais generosa para o desenvolvimento aos países empenhados na luta contra a pobreza</p> <p>8C - Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral)</p> <p>8D - Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais e de modo a tornar sua dívida sustentável a longo prazo</p> <p>8E - Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento</p> <p>8F - Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações</p>

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



- Cidades e Governos Locais Unidos (www.cities-localgovernments.org/uclg/index.asp)
- Constituição Federal (www.senado.gov.br/sf/legislacao/const)
- MDG Monitor (www.mdgmonitor.org)
- Mercocidades (www.mercocidades.org)
- Ministério da Educação (www.mec.gov.br)
- Ministério da Saúde (www.saude.gov.br)
- Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM. Disponíveis nos sites do Ipea (www.ipea.gov.br); Pnud (www.pnud.org.br/odm); e Portal ODM (www.portalodm.org.br)
- URB-AL (ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/index_en.htm)

Os ODM e os municípios

Embora os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) tenham sido criados como diretrizes internacionais para os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a responsabilidade pelo cumprimento de suas metas precisa ser compartilhada entre os diversos atores e setores da sociedade.

Os governos locais podem assumir um papel de protagonismo em relação aos Objetivos do Milênio, sobretudo porque o panorama dos ODM no Brasil *(veja o Anexo 1, na página 39)* mostra que, na média, o país tem aperfeiçoado as condições de vida de seus cidadãos, mas também que os problemas persistem em muitas localidades.

Para levar o desenvolvimento humano a todos os cantos do país, é fundamental inserir as metas dos ODM nas agendas locais, fazendo as devidas adaptações.

» Responsabilidade municipal

A Constituição de 1988 descentralizou recursos e competências, dotando o município de autonomia e de novas responsabilidades no plano da Federação. Os municípios são agora responsáveis pela condução de diversas políticas públicas necessárias à concretização dos direitos fundamentais e dos Objetivos do Milênio.

Na área da saúde, por exemplo, que compreende os **ODM 4, 5 e 6**, os governos municipais são legalmente obrigados a investir 15% do total de suas receitas. Desde a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Saúde da Família, a assistência aos partos naturais (parteiras e maternidades) e a distribuição de medicamentos de atenção básica ficaram a cargo dos municípios.

No que diz respeito à educação, o município deve necessariamente investir 25% de suas receitas. Dentre as responsabilidades atribuídas à administração municipal pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estão a garantia do acesso gratuito à Educação Infantil (creches e pré-escolas) e ao Ensino Fundamental (1º ao 9º anos). São exatamente essas as metas do **ODM 2**, que também impactam no **ODM 3** (de diminuição da desigualdade de gênero).

Com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), o município também assumiu competências relacionadas à gestão ambiental. As municipalidades ficaram responsáveis por criar normas e critérios de controle e manutenção da qualidade do meio ambiente em seus territórios. São ainda os gestores do Plano Diretor, tendo o papel de definir as diretrizes básicas da política de desenvolvimento urbano, com forte impacto na sustentabilidade ambiental (**ODM 7**).

Programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família, também possuem gestão municipalizada, o que abre importante espaço para a criação de experiências locais inovadoras no combate à pobreza (**ODM 1**) e na melhoria das condições de educação (**ODM 2**).



» O Portal ODM

Sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), várias instituições parceiras criaram, no início de 2009, o Portal ODM (www.portalodm.com.br), uma ferramenta interativa, que permite a qualquer cidadão acompanhar a situação dos objetivos e metas do milênio em cada um dos 5.565 municípios brasileiros.

Nesse espaço virtual estão reunidos os principais indicadores nacionais de monitoramento e avaliação dos ODM, além de uma biblioteca com publicações, relatórios técnicos, imagens e vídeos. Nele, é possível encontrar, por exemplo, diversos indicadores de saúde. Com base nessas informações, o município pode avaliar sua situação quanto ao cumprimento das metas relativas à saúde materna, à mortalidade infantil e ao combate ao HIV/aids e outras doenças.

Por meio de um refinado sistema de informações, o portal permite cruzar indicadores e dados de diversas localidades, de maneira a comparar a situação entre os municípios, os estados e as grandes regiões do país. Além disso, é um instrumento para incentivar a troca de experiências entre as cidades.

» Relação ganha-ganha

Os ODM possuem um grande potencial para a construção de coalizões e de parcerias produtivas entre organizações da sociedade civil, iniciativa privada e governos locais. A relevância e a atualidade de sua temática propiciam aos municípios uma plataforma de grande visibilidade, com potencial para despertar a atenção nacional e internacional para os esforços bem-sucedidos.

O município que utiliza os ODM para desenvolver suas políticas e programas tende a ganhar em diversos outros aspectos, podendo:

- atrair as comunidades locais para o diálogo, já que a mensagem dos ODM é popular;
- aperfeiçoar os serviços públicos e o desenvolvimento de ações de combate à vulnerabilidade;
- facilitar o monitoramento, a avaliação das políticas públicas e a mensuração de resultados graças a indicadores já consolidados;
- adotar uma gestão voltada para resultados práticos, que podem ser mensurados de maneira eficiente;
- agregar as políticas públicas em torno de objetivos comuns;
- colher os frutos do alinhamento das políticas locais à estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo federal, o que permite a injeção de recursos federais (*veja o quadro Agenda de Compromissos - Governo Federal e Municípios 2009-2012, na página 17*).



» **Agenda de Compromissos - Governo Federal e Municípios 2009-2012**

Em fevereiro de 2009, o governo federal lançou a *Agenda de Compromissos - Governo Federal e Municípios 2009-2012*. O documento reconhece a importância estratégica dos municípios no esforço nacional de cumprimento dos ODM e apresenta como eles podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento humano.

Seu texto traz as metas acordadas pelos países membros da ONU, as metas adicionais do governo brasileiro (*saiba mais no Quadro dos objetivos e metas brasileiras do milênio, na página 13*), os indicadores utilizados para medir a evolução das metas brasileiras, além dos programas federais relacionados a cada um dos compromissos.

Aos oito Objetivos do Milênio foram acrescentados mais dois objetivos de caráter nacional: a erradicação do sub-registro de nascimentos e o fortalecimento da gestão municipal e da participação cidadã. O ODM 8, que prevê uma parceria mundial para o desenvolvimento, foi adaptado à realidade nacional, propondo o estabelecimento de uma cooperação entre governo federal, estados e municípios.

A Agenda de Compromissos é uma ferramenta importante, que incentiva os gestores públicos a acompanhar seu próprio desempenho. O instrumento ainda reconhece os municípios que se comprometem a alcançar os indicadores estabelecidos.



- *Agenda de Compromissos - Governo Federal e Municípios 2009-2012*. Disponível em: www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/PublicacoesHome/Agenda_de_Compromissos_Web.pdf
- *Gobiernos Locales y Objetivos del Milenio*. UN-Habitat-ROLAC, 2006. Disponível em: onuhabitat.org/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=30
- Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br)
- Portal ODM (www.portalodm.com.br)

Metodologia de municipalização dos Objetivos do Milênio

Municipalizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) é uma tarefa que requer o engajamento coletivo da sociedade. Cabe ao prefeito e a sua equipe técnica incentivar a participação de representantes da sociedade civil, do poder público, das universidades, garantindo no processo a presença dos grupos mais vulneráveis.

Abaixo, segue uma síntese da metodologia para adaptar os objetivos e metas do milênio à realidade local. Evidentemente, a proposta não pretende esgotar o tema. Ao contrário, serve apenas de referência para que o município avalie o que lhe pode ou não ser útil. Cada municipalidade certamente tem condições de usar sua experiência prévia e criatividade para incrementar e enriquecer esta sugestão.

» Síntese das etapas de municipalização dos ODM

	ETAPAS DA MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM			
	1. FORMAÇÃO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO	2. DIAGNÓSTICO MUNICIPAL	3. ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Responsáveis	Executivo municipal	Comitê de acompanhamento dos ODM	Secretaria ou órgão de planejamento Comitê de acompanhamento	Grupo designado para o monitoramento periódico dos indicadores Secretaria ou órgão de planejamento Comitê de acompanhamento dos ODM
Funções	Nomear os membros da administração municipal para o comitê de acompanhamento dos ODM Convidar instituições e órgãos para fazer parte desse comitê Capacitar os membros do comitê Reconhecer o comitê legalmente	Levantar informações Eleger os indicadores e as metas locais Analisar e interpretar os dados colhidos Sistematizar os dados em relatórios Disseminar os resultados entre os diversos atores	Incluir os ODM no Plano Plurianual Realizar um plano de implementação das ações que responda às perguntas: o que fazer, onde fazer, quando fazer, quem será o responsável, como monitorar e quanto custará	Grupo de monitoramento: acompanhar e avaliar periodicamente a situação dos indicadores e metas Secretaria de planejamento: monitorar o plano de ações e fazer correções de rumo Comitê de acompanhamento dos ODM: avaliar o processo e fazer o balanço dos resultados
Resultados	Comitê constituído e oficializado	Diagnóstico do perfil municipal dos ODM	ODM incluído no Plano Plurianual Plano de implementação	Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Indicadores e Metas Plano de ações monitorado Avaliação de resultados

» PASSO 1: Formar o comitê de acompanhamento dos ODM

A agenda de municipalização dos Objetivos do Milênio deve ser um compromisso do município e não apenas de um governo. Caso contrário, dificilmente é institucionalizada, podendo ser interrompida durante o próprio governo ou nas mudanças de mandato. É fundamental, portanto, que a administração pública local crie um comitê para acompanhar o processo de municipalização dos ODM e o reconheça legalmente.

Composição sugerida para o comitê: membros dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de representantes dos conselhos municipais, da sociedade civil organizada, de sindicatos e do setor produtivo. No caso do poder Executivo, é fundamental a presença da Secretaria de Governo, de Planejamento e de Finanças, ou de instâncias equivalentes. A participação de representantes de segmentos como adolescentes, mulheres, negros e indígenas é importante para dar atenção particular às características desses grupos sociais. O comitê pode conter ainda representantes de universidades, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e de outros parceiros estratégicos.

Atribuições: acompanhar, subsidiar e monitorar o processo de municipalização dos Objetivos do Milênio. Para isso, é importante que os participantes do comitê conheçam a situação das temáticas dos ODM no município. Nesse sentido, os documentos produzidos nas conferências municipais, o Plano Plurianual e os relatórios de governo ou de instituições independentes são boas fontes de informação. Os integrantes do comitê também devem conhecer o processo de análise de indicadores, pois o acompanhamento é conduzido com base nele.

Reconhecimento: o comitê pode ser oficializado por um decreto ou portaria municipal. Sem um mandato claro, além de responsabilidades e atribuições legítimas, a capacidade do comitê fica limitada.



» Os conselhos municipais e a municipalização dos ODM

Os ODM servem como um eixo condutor de esforços em prol do desenvolvimento humano e desafiam a sociedade a encontrar novas formas de cooperação e engajamento de seus atores. Por isso, é fundamental buscar convergências entre as agendas dos movimentos sociais e dos conselhos e a plataforma proposta pelos ODM.

A participação dos conselhos no planejamento e definição das metas e indicadores que orientarão as prioridades do município é cercada de vantagens:

- aumenta as chances de o processo ser institucionalizado e continuado, mesmo após a mudança de gestor, pois o compromisso é firmado com outros atores e segmentos sociais;
- permite aos conselheiros dispor de mais informações para embasar o planejamento de suas ações e fazer o controle social das políticas;
- amplia as bases de negociação dos conselheiros porque permite instaurar debates mais qualificados com as várias instâncias do poder público, junto ao segmento que representam e aos cidadãos;
- aprimora as ferramentas de gestão, liderança e inovação que caracterizam os mandatos de cada conselho.

A efetividade dos conselhos depende de disposição política de seus integrantes e dos governos locais para que possam, de fato, participar e influir nas estratégias adotadas pela sociedade.



Melhorar os indicadores e metas locais é tarefa de todos. Organizações da sociedade civil, empresas e indivíduos podem colaborar de diversas formas com o esforço do município. Para isso, é necessário mobilizar os atores locais em torno da agenda dos ODM. A mobilização pode contribuir para que as ações estejam articuladas entre si, favorecendo o compartilhamento de recursos e uma cooperação com base nas prioridades definidas. Para saber mais, consulte o *Guia de Mobilização – Nós Podemos... Mobilizar em Prol dos Objetivos do Milênio*.

» PASSO 2: Elaborar um diagnóstico do perfil municipal dos ODM

Esta etapa é muito importante, pois serve de base para todas as outras ações. O diagnóstico pode começar com um debate no comitê de acompanhamento dos ODM para identificar a realidade dos objetivos no município.

Ferramentas: o ideal é que a discussão sobre o perfil municipal dos ODM seja pautada em indicadores¹ previamente selecionados pelo município. Assim, o diagnóstico partirá de dados concretos. Para isso, o comitê pode consultar, por exemplo, o Portal ODM (www.portalodm.com.br) e gerar um relatório com o conjunto de seus indicadores. Também pode tomar como referência indicadores e metas de outros programas, como a Agenda 21 e a *Agenda de Compromissos - Governo Federal e Municípios 2009-2012* (*veja quadro da página 17*), e planos e prioridades refletidos nos documentos oficiais do município. Essa articulação é fundamental para integrar os esforços locais, qualificando a agenda e reforçando as iniciativas de monitoramento. Sempre que possível, é recomendável adotar indicadores intraurbanos² e recortes étnico-raciais e de gênero. Inserir perguntas que indiquem, por exemplo, gênero e região de residência nos registros administrativos é importante para diagnosticar fragilidades.

Análise dos dados: os indicadores devem ser cuidadosamente interpretados para que se possa compreender o que contribuiu para a conjuntura revelada em cada objetivo ou meta. A análise deve levar em conta a série histórica³ de dados disponíveis. É essencial que os indicadores sejam trabalhados de forma desagregada, considerando-se não apenas as médias registradas pelos índices ou estatísticas, mas as eventuais desigualdades territoriais, étnicas e de gênero. É também importante adaptar os indicadores e as metas à realidade e aos interesses do município. Assim, se ele alcançou um nível de desenvolvimento superior ao previsto, pode adotar metas mais ambiciosas.

Sistematização: as discussões e informações do diagnóstico do perfil municipal dos ODM devem ser organizadas em um relatório, que poderá ser disseminado na comunidade (*confira um exemplo de diagnóstico na página 44, no Anexo 2*). Se bem elaborado, esse documento pode servir de fonte para o planejamento e a prática dos conselhos municipais, permitindo um controle social mais assertivo. Ele também pode ser útil para os técnicos envolvidos na elaboração do Plano Plurianual (*veja mais na página 25*).

¹ A palavra "indicador" vem do latim *indicare*, que significa "apontar". Um indicador é uma informação que permite revelar a que distância se está de um determinado objetivo. Por isso pode ser usado no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Um indicador social é uma medida, geralmente numérica, que informa um aspecto da realidade social ou mudanças que aí estão ocorrendo. O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 100 mil nascidos vivos, por exemplo, é um indicador de mortalidade infantil.

² Os indicadores intraurbanos são instrumentos de análise bairro a bairro ou região a região. Eles permitem identificar com precisão as prioridades de ação em cada parte de uma determinada cidade e orientar as intervenções necessárias.

³ Uma série histórica é um conjunto de tabelas que apresenta a evolução de determinados dados estatísticos coletados de forma periódica. Em geral, a coleta é feita anualmente. O Censo Escolar, por exemplo, traz as séries históricas de diversas informações relativas à educação no país, reunindo números desde 1997.

» Indicadores básicos para o monitoramento municipal dos ODM

Além dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os países membros da Organização das Nações Unidas propuseram 21 metas relativas a esses objetivos, que podem ser acompanhadas por meio de 60 indicadores. No entanto, esses instrumentos não devem ser tomados como uma camisa de força. Devem ser entendidos como um referencial a ser adaptado conforme as necessidades do país, região ou município, de maneira a dar legitimidade à plataforma dos ODM.

Como mostra o quadro abaixo, das 21 metas originalmente propostas pelos países membros da ONU, 10 podem ser facilmente trabalhadas no âmbito municipal. Relacionados a essas metas, há um total de 26 indicadores, que podem ser calculados para todos os municípios brasileiros e ajudar na construção do diagnóstico do perfil municipal dos ODM. O município pode considerar não apenas os indicadores básicos propostos, mas, sempre que possível, adotar novas metas e indicadores locais. Essa é a essência da municipalização.

OBJE-TIVO	META	INDICADOR	COMPARA-ÇÃO	FONTE DE DADOS
	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia	Proporção de pessoas com renda familiar <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo	1991/2000	IBGE Censo Demográfico
		Intensidade da pobreza - aumento percentual sobre o rendimento médio das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza necessário para transpor essa situação	1991/2000	
		Participação do quinto mais pobre da população na renda total do município	1991/2000	
	Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino básico	Proporção de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental	1991/2000	IBGE Censo Demográfico
		Taxa de conclusão do Ensino Fundamental entre crianças de 15 a 17 anos	1991/2000	
		Taxa de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos	1991/2000	
	Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos primário e secundário até 2005	Razão entre mulheres e homens nos ensinos Fundamental, Médio e Superior	1991/2000	IBGE Censo Demográfico
		Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos	1991/2000	
		Proporção de mulheres assalariadas no emprego formal não agrícola	1990-2006	Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais
		Razão entre mulheres e homens no rendimento médio mensal em emprego formal não agrícola	1990-2006	
		Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores	1992/1996/2000/2004	Tribunal Regional Eleitoral
	Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos (número de óbitos de crianças de até 5 anos de vida por mil nascidos vivos)	1990-2006	MS/SVS/DASIS Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)
		Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de crianças de até 1 ano de vida por mil nascidos vivos)	1990-2006	

	Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna	Taxa de mortalidade materna (número de óbitos por 100 mil nascidos vivos)	1990-2005	MS/SVS/DASIS Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)
		Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados	1990-2005	MS/SVS/DASIS Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)
		Proporção de crianças nascidas sem consultas pré-natais	1990-2005	
		Proporção de crianças nascidas de mães adolescentes	1990-2005	
	Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/aids	Taxa de incidência de HIV/aids (por 100 mil habitantes) por ano	1990-2005	Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan)
		Proporção dos casos de HIV/aids entre mulheres	1990-2005	Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (Siscel)
	Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças	Taxas de incidência e mortalidade de doenças transmitidas por mosquito	1990-2005	Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan) Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)
		Taxas de incidência e de mortalidade de tuberculose	1990-2005	
		Taxas de incidência e de mortalidade de hanseníase	1990-2005	
	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável e segura	Proporção de moradores com acesso à rede geral de abastecimento de água canalizada em pelo menos um cômodo (urbano e rural)	1991/2000	IBGE Censo Demográfico
		Até 2020, alcançar melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados	Proporção de moradores com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica (urbano e rural)	
			Proporção de moradores com direito seguro à propriedade (própria ou alugada)	
	Não há metas sugeridas para o município	Não há indicadores sugeridos para o município		

» PASSO 3: Construir um plano de ação de médio e longo prazos

Após identificar as metas e indicadores locais, convém que a secretaria ou o órgão de planejamento do município, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, construa um plano de trabalho, prevendo as ações, os responsáveis por sua implantação, a duração e os recursos necessários. Nesse momento, é preciso calcular quanto custa, por exemplo, reduzir em 10% a evasão escolar no município, se essa for uma das metas adotadas, e verificar se os recursos requeridos estarão disponíveis no prazo previsto.

Olhar pra trás: a elaboração do plano deve levar em conta os resultados das ações e programas em curso no município e os resultados do diagnóstico do perfil municipal dos ODM. Para isso, o órgão responsável pelo planejamento, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, deve analisar a trajetória das políticas em curso,

de forma participativa e realista. É importante certificar-se de que as ações existentes serão suficientes, tendo em vista o ritmo de progresso demandado para atingir a meta. Também é fundamental identificar como os eventos externos⁴ podem influenciar o cumprimento de cada meta. É recomendável que todos os membros do comitê sejam envolvidos no processo, para garantir a avaliação multidisciplinar das políticas.

Olhar pra frente: com base nessas constatações, é possível definir ações concretas para a melhoria de cada um dos indicadores e o cumprimento de cada meta. As ações devem contemplar as visões de médio e longo prazos e os recursos necessários. O planejamento deve vir acompanhado de uma estratégia de implantação das ações, descrevendo as atribuições e os respectivos responsáveis. Além disso, pode prever mecanismos de revisão periódica do processo e dos pactos firmados, incluir uma estratégia para a mobilização de parcerias e investimentos e criar formas de assegurar a continuidade dos programas e ações.

Segue um quadro esquemático, que pode ajudar no planejamento de uma determinada ação relacionada a um ODM. A sugestão utiliza a abordagem do Quadro Lógico, uma ferramenta que facilita o processo de conceituação, elaboração, execução e avaliação de projetos. Nele, toda informação do projeto é sintetizada. O instrumento pode ser usado durante as diversas etapas do projeto e ser modificado e melhorado quantas vezes forem necessárias.

Quadro Lógico	Indicadores objetivamente mensuráveis e verificáveis	Fontes de verificação (com base em que fonte de dados o indicador será verificado?)	Fatores externos que implicam riscos (ambientais, financeiros, institucionais, sociais, políticos, climatológicos ou outros fatores que podem fazer com que o projeto fracasse)
<p>Objetivo geral (relacionado ao problema que será enfrentado)</p> <p>Exemplo: Reduzir pela metade a proporção de crianças nascidas de mães adolescentes até 2012</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p style="text-align: center;">→</p> <p>Indicador finalístico (associado aos ODM)</p> <p>Exemplo: Proporção de crianças nascidas de mães adolescentes</p>	<p style="text-align: center;">→</p> <p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MS/SVS/Dasis - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) 	
<p>Resultados esperados (relacionados às causas desse problema. Listar uma quantidade limitada de objetivos para facilitar a implementação)</p> <p>Exemplo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criar programas de educação sexual nas escolas 2. Ampliar o número de participantes nos programas de saúde reprodutiva 3. Erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes 	<p style="text-align: center;">→</p> <p>Indicadores de resultados</p> <p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número/eficácia/status de desenvolvimento e implantação/alcance de programas de educação sexual implementados nas escolas - Número de participantes em programas de saúde reprodutiva - Número de ocorrências de exploração sexual 	<p style="text-align: center;">→</p> <p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatórios específicos de acompanhamento - Registros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contingenciamento de recursos previamente designados - Ausência de colaboração das autoridades policiais

⁴ Eventos externos são quaisquer fenômenos previsíveis ou imprevisíveis que podem influenciar o ritmo de cumprimento de cada meta estabelecida. Mudanças de mandato, nas instituições, fenômenos naturais e alterações demográficas são exemplos de eventos externos.

<p>Produtos esperados (listar os principais resultados que deverão ser alcançados em cada objetivo específico)</p> <p>Exemplo:</p> <p>1.1. Plano de educação sexual</p> <p>1.2. Educadores mais preparados para discutir o assunto</p> <p>1.3. Criação de espaço de diálogo permanente nas disciplinas regulares</p>	<p>Indicadores de produtos</p> <p>Exemplos:</p> <p>- Status de desenvolvimento, aprovação e implantação do plano de educação sexual implementado</p> <p>- Atividades de educação sexual realizadas</p>	<p>Exemplo:</p> <p>- Relatórios específicos de acompanhamento</p>	<p>Exemplos:</p> <p>- Oposição de pais de alunos</p> <p>- Conflito em comunidades com fortes laços religiosos</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>Atividades (listar atividades necessárias para cada resultado esperado)</p> <p>Exemplos:</p> <p>1.1.a. Debates com especialistas e autoridades</p> <p>1.1.b. Criação de programa de educação sexual</p> <p>1.1.c. Negociação com as escolas para incluir o tema na grade curricular</p> <p>1.1.d. Treinamento de educadores</p> <p>1.1.e. Desenvolvimento de material didático</p>	<p>Indicadores de processo</p> <p>Exemplos:</p> <p>- Relação de especialistas e autoridades públicas participantes</p> <p>- Volume de recursos investidos</p> <p>- Número de escolas participantes</p> <p>- Número de professores capacitados</p>	<p>Exemplos:</p> <p>- Ata com registro de participação</p> <p>- PPA Municipal</p> <p>- Relatórios da Secretaria Municipal de Educação</p>	<p>Pré-condições (necessidades estimadas para que um elemento do projeto ou o próprio projeto cumpra um objetivo determinado)</p> <p>Exemplo: Formalização de convênio com os governos estadual e federal</p>
<p>Recursos/Orçamento (inserir anexo detalhado)</p>			

» Ações de impacto rápido

Ter em mente algumas ações de impacto rápido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pode ajudar na construção do plano de ação, contribuindo para o bem-estar da população do município.

- Criar programas comunitários de nutrição específicos para mulheres grávidas e em fase de lactação, assim como para crianças com menos de 5 anos, fornecendo zinco e vitamina A quando necessário.
- Utilizar produtos locais nas refeições servidas nas escolas, incluindo no Ensino Médio.
- Garantir a desparasitação anual de todas as crianças que frequentam escolas em zonas afetadas.
- Distribuir mosquiteiros tratados com inseticida de longa duração para as crianças que vivem nas regiões onde a malária é endêmica.
- Identificar e atender os possíveis beneficiários de programas de crédito agrícola para pequenos produtores e programas de agricultura familiar.
- Capacitar trabalhadores locais em áreas como saúde, agricultura e infraestrutura, a fim de garantir conhecimentos e serviços técnicos básicos às comunidades rurais.
- Facilitar o acesso da população a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar.
- Assegurar a escolas, hospitais e outras instituições de serviços sociais o acesso à internet, com tecnologias apropriadas.

- Criar fundos intermunicipais, metropolitanos ou estaduais para financiar a recuperação de áreas desprivilegiadas da cidade e reservar terrenos para a construção de habitação popular.
- Identificar a implantação dos Planos Diretores, especialmente no que diz respeito à Habitação de Interesse Social.
- Criar programas para facilitar a transparência e o combate à corrupção.
- Apoiar programas de qualificação dos conselhos municipais de políticas públicas.
- Estimular a participação da população nos fóruns de consulta popular, como o Plano Diretor da cidade e o Orçamento Participativo.
- Identificar o estágio de implementação local do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.
- Incentivar a autonomia feminina, de forma que as mulheres passem a desempenhar um papel de protagonistas na formulação e controle de políticas estratégicas relacionadas aos ODM.
- Igualar os salários de homens e mulheres em funções equivalentes.
- Apoiar e consolidar o papel da ciência na formulação de políticas públicas.
- Apoiar o plantio de árvores.

» Os ODM e as ferramentas de planejamento municipal

A elaboração do plano de ação para o cumprimento dos ODM deve estar alinhada aos instrumentos de planejamento estratégico⁵ do município. O principal deles é o Plano Plurianual (PPA), no qual são definidas as diretrizes, as estratégias e os objetivos da administração municipal. O PPA é um instrumento importante porque serve de base para as ações dos gestores de políticas públicas durante o mandato do prefeito.

A incorporação das metas e indicadores locais dos ODM ao PPA (o chamado PPA-ODM) é desejável porque consolida o processo de planejamento iniciado pelo comitê de acompanhamento dos ODM e contribui para que as metas e indicadores pactuados pelo município se tornem políticas contínuas, ratificadas por um mecanismo oficial de controle orçamentário e de transparência pública. As informações produzidas durante o diagnóstico do perfil municipal dos ODM também podem ajudar os responsáveis pela elaboração do PPA a responder perguntas básicas como: o que fazer, onde fazer, quando fazer, quem será o responsável, como monitorar e quanto custará.

O Plano Plurianual é composto de dois elementos: a base estratégica⁶ e a matriz dos programas⁷, a serem implantados ao longo de quatro anos. As informações levantadas no diagnóstico do perfil municipal

5 O planejamento estratégico é um processo contínuo e sistemático. Diz respeito à formulação de objetivos claros e à construção de estratégias e planos que conduzam à elaboração de programas, com metas e ações exequíveis. Tem por objetivo o uso eficiente e eficaz dos recursos para obter efetividade rumo ao desenvolvimento humano.

6 A base estratégica compreende a avaliação da situação atual do município e suas perspectivas de ação. Seu objetivo é subsidiar a definição da orientação estratégica do governo.

Elementos:

- premissas do plano;
- diagnóstico do município e futuro desejado;
- demandas da população (recomendações de conferências, conselhos, Plano Diretor, Orçamento Participativo, audiências públicas etc.);
- metas e prioridades locais;
- macro-objetivos da administração;
- eixos, objetivos estratégicos e linhas de ação;
- ações setoriais em curso (saúde, educação etc.) e novas ações necessárias (orçamentárias e não orçamentárias);
- identificação das ações articuladas: União, Estados e Municípios;
- possíveis parcerias.

Condicionantes do planejamento municipal:

- projeção das receitas (impostos próprios, transferências do Estado, transferências da União);
- restrições legais (saúde, educação, legislativo);
- limitações de componentes das despesas (serviços da dívida, pessoal, encargos etc.).

7 A matriz de programas inclui os programas finalísticos e de apoio administrativo desenvolvidos para o cumprimento dos objetivos setoriais e dos macro-objetivos.

Elementos:

- diretriz;
- objetivos;
- ações;
- público-alvo;
- unidade responsável;
- metas;
- indicador;
- unidade temporal (meses/anos).

dos ODM podem ser usadas na formulação da base estratégica. Esta etapa é composta pela análise da situação atual do município, explicitando suas potencialidades, fragilidades e tendências. Inclui ainda as prioridades municipais, as ações setoriais, os objetivos e os condicionantes para o planejamento municipal. O comitê de acompanhamento dos ODM pode participar desse processo, de forma a garantir uma visão menos tecnocrática do município e que incorpore as reais demandas da comunidade. Esse diálogo também favorece a participação popular na construção do PPA.

Os dados levantados na base estratégica ajudam a ordenar as ações municipais, o que facilita a construção da matriz de programas do PPA, na qual estão incluídos os programas setoriais. Nela, constarão ainda as diretrizes, os programas, os objetivos, as ações, os públicos-alvo, os indicadores e os recursos previstos para os quatro anos seguintes. As informações do diagnóstico podem servir de base para a supressão de programas que não estão gerando os resultados esperados, para a ampliação das políticas e programas que estão dando certo e para o desenvolvimento de novas ações.

Esse procedimento também pode ser adotado na revisão do PPA. Como qualquer instrumento de planejamento, o PPA também não pode ser rígido. Deve acompanhar as constantes mudanças influenciadas por aspectos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos. Portanto, mesmo que o PPA já tenha sido elaborado, o município poderá incorporar os indicadores e as metas dos ODM na próxima revisão do documento.

As metas definidas como prioritárias para o município também podem ser incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) relativas ao período de vigência do PPA-ODM. Uma das principais vantagens do PPA-ODM é que permite incluir na gestão municipal metas universais de desenvolvimento, sem desconsiderar as prerrogativas do poder público local e os interesses da população.

» Principais instrumentos do planejamento orçamentário municipal

	CALENDÁRIO	INICIA-TIVA	PRAZO DE DURAÇÃO	FINALIDADE	IMPORTÂNCIA
PPA	Será encaminhado ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (31/8) e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (meados de dezembro)	Chefe do poder Executivo	De quatro em quatro anos	Estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública e para as despesas relativas aos programas de duração continuada	Um dos mais importantes instrumentos de planejamento, o PPA apresenta diversas vantagens na gestão de projetos públicos, entre as quais se destacam: <ul style="list-style-type: none"> - melhor transparência quanto à aplicação dos recursos públicos; - maior controle do orçamento, tanto por parte da Prefeitura como da sociedade; - melhor integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento ao orçamento. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, pode ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem lei que o autorize, sob pena de responsabilidade, exceto quando versar sobre ação continuada

LDO	Será encaminhado ao Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (30/4) e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (meados de junho)	Chefe do Poder Executivo	Anual	Compreender as metas e diretrizes da administração pública e orientar a elaboração da LOA	A LDO deve ser compatível com o PPA
LOA	Será encaminhado ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (31/8) e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (meados de dezembro)	Chefe do Poder Executivo	Anual	Compreender o orçamento fiscal, de investimento e da seguridade social	<p>A CF veda o início de programas ou projetos não incluídos na LOA</p> <p>Na LOA, o orçamento fiscal e o orçamento de investimento, compatibilizados com o PPA, devem ter entre suas funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional (artigo 165, parágrafo 7º da CF), erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais (artigo 3º, inciso III da CF)</p> <p>As emendas à LOA só podem ser aprovadas se compatíveis com o PPA e com a LDO e se forem indicados os recursos necessários</p>

» A quem compete fiscalizar a execução orçamentária e a avaliação do cumprimento das metas previstas no PPA?

- O controle interno deve ser exercido pelo próprio poder, no caso o poder Executivo, e pelos conselhos municipais.
- O controle externo deverá ser exercido pelo cidadão: o controle popular poderá ser exercido por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato que, na forma da lei, podem denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas (art. 74, parágrafo 2º da CF). As contas dos municípios ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, inclusive podendo ser questionadas por organizações da sociedade civil.
- O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos conselhos, ou Tribunais de Contas dos municípios, onde houver.
- O controle externo ainda será exercido pelo Ministério Público, ao qual incumbe defender a ordem jurídica e os princípios constitucionais que regem a administração pública: legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (arts. 127; 129, inciso II; e 37 da CF).



Além de incluir programas no Plano Plurianual para alcançar as metas do Milênio, outro passo importante é fazer com que os ODM sejam incorporados aos demais instrumentos de planejamento do município, como o Plano Diretor, o Plano Municipal de Educação, o Plano Municipal de Saúde, o Plano Municipal de Assistência Social e outros previstos pela Constituição Federal ou pela Lei Orgânica Municipal.

» PASSO 4: Construir um sistema de monitoramento e avaliação

O sistema de monitoramento e avaliação⁸ deve ter por linha de base os indicadores e metas utilizados para a construção do perfil municipal dos ODM. O sistema contribui com o processo de análise das ações adotadas e para a manutenção dos compromissos expressos no plano de ação. Para que o acompanhamento seja realizado com propriedade, é necessária a constituição de um grupo específico de monitoramento, que responda por essa função *(veja mais no item Monitoramento e Avaliação dos ODM, na página 30)*.

Composição sugerida para o grupo de monitoramento: representantes da secretaria ou do órgão de planejamento do município, além de membros do comitê de acompanhamento dos ODM.

Atribuições: o grupo responsável pela tarefa de monitoramento e avaliação deve dar suporte às políticas e estratégias setoriais. Para isso, deve realizar consultas e debates (reuniões, seminários ou oficinas) junto aos formuladores e implementadores de políticas públicas e aos representantes de organizações da sociedade civil.

O grupo também tem a responsabilidade de disseminar as conclusões tiradas do processo de monitoramento e avaliação. Uma forma adequada de dar visibilidade às informações é produzir, pelo menos uma vez ao ano, um informativo sobre a situação dos ODM no município. Os relatórios podem explicitar tendências, identificar problemas e avanços e deixar claras as prioridades locais. Eles podem ser produzidos com base na atualização do diagnóstico do perfil municipal dos ODM.



Uma ferramenta que pode facilitar o acompanhamento e dar transparência ao processo de monitoramento e avaliação é a criação de um website, com estatísticas, análises, bancos de dados, artigos e eventos, ou mesmo um mural na prefeitura, com informações sobre os ODM no município.

⁸ Os processos de monitoramento e avaliação são indissociáveis. Eles devem incluir a coleta rotineira de informações sobre temas de interesse, que servem de subsídios para a tomada de decisões. A política de monitoramento e avaliação é essencial para o desenho, a implementação, a gestão, o acompanhamento e o replanejamento das políticas e ações públicas.



» Dicas para municipalizar os ODM

- Adequar os objetivos mais abrangentes ao contexto local.
- Equilibrar ambição e realismo na hora da definição de metas. Metas ambiciosas e pouco realistas dificilmente são atingidas, gerando frustração. Metas pouco desafiadoras prejudicam a mobilização. É essencial criar metas intermediárias para manter o comprometimento político e assegurar a responsabilidade. Elas devem estar ancoradas nos objetivos de longo prazo acordados.
- Adotar uma agenda compatível com a realidade técnica, financeira e política local. Em pequenos municípios, a municipalização pode significar a adoção de um plano de trabalho limitado a alguns objetivos percebidos como prioritários até que o patamar de possibilidades se eleve.
- Alinhar a agenda dos Objetivos do Milênio às demais agendas políticas do governo. Sem o compromisso e a liderança dos principais gestores municipais, dificilmente a municipalização terá sucesso.
- Incluir as metas finais e intermediárias no Plano Plurianual (PPA) e no orçamento municipal, lembrando que custos dos ODM são melhor estimados durante um período de dois a três anos.

Nas páginas 49 e 50, confira as experiências de Belo Horizonte (MG) e Santos (SP) na municipalização dos objetivos e metas do milênio.



- *Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011*. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2007. Disponível em www.sigplan.gov.br/download/manuais/ManualdeElabora%C3%A7%C3%A3o2008-2011.pdf
- *Manual de Elaboração - O Passo a Passo da Elaboração do PPA para Municípios*. Ari Vainer, Josélia Albuquerque e Sol Garson. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2000. Sumário disponível em: www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/manual_elaboracao_ppa/sumario.pdf
- *Nós podemos... Juntos, trabalhando pelos Objetivos do Milênio*. Nós Podemos Paraná, Pnud Brasil, Orbis. 2009.
- Observatório do Milênio de Belo Horizonte (<http://observatoriodomilenio.pbh.gov.br>)
- Rede de Saberes (<http://portalrededesaberes.org.br>)
- Rede Interagencial de Informações para a Saúde (www.ripsa.org.br)
- Sistema de Informações dos e para membros do Ministério Público (www.simmp.org.br)

Monitoramento e avaliação dos ODM

O monitoramento e a avaliação devem nortear a implementação política dos ODM nos municípios. Esses processos devem ser entendidos como uma política estratégica única, de contínuo aprendizado, e baseada numa reflexão coletiva. Dependem da estruturação e da operacionalização de um sistema de indicadores⁹, que permita acompanhar e analisar o desempenho das metas e das ações adotadas.

Se bem empregado, o sistema oferece um rico panorama sobre a realidade social do município, contribuindo para a formulação e execução das políticas públicas.

Atores responsáveis: a política de monitoramento e avaliação pode ser elaborada por uma instância formal (órgão criado para esse fim), por uma equipe de profissionais e técnicos oriundos de secretarias e de departamentos responsáveis pela execução das políticas setoriais, ou pela equipe técnica de um subdepartamento vinculado à pasta governamental responsável pelo planejamento ou pela gestão política.

Referências conceituais e operacionais: o acompanhamento dos ODM pode ser feito por todo e qualquer município. A Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu um sistema composto de 60 indicadores, que permite medir se as metas e objetivos do Milênio estão sendo cumpridos. No entanto, nem todos os indicadores podem ser usados no âmbito municipal, por isso, precisam ser adaptados.

Em geral, os indicadores municipais dos ODM usam dados estatísticos secundários, isto é, produzidos por fontes oficiais de informação, como fundações ou institutos de pesquisa, além de órgãos governamentais e conselhos municipais, e não diretamente pelo responsável pelo monitoramento e avaliação dos ODM. Essas informações podem ser enriquecidas com dados provenientes de fontes não oficiais, desde que verificada sua confiabilidade, consistência e relevância.

O quadro da página seguinte lista as principais instituições que produzem informações referentes aos municípios brasileiros, relacionando-as com seus temas de pesquisa e sua periodicidade de produção dos dados.

⁹ Um indicador não deve ser analisado de forma individual; deve ser visto como uma ferramenta dentro de um sistema mais amplo. Esse sistema é composto de um conjunto de indicadores, que revelam os múltiplos aspectos da realidade social.

INSTITUIÇÃO	FONTE DE DADOS	TEMAS INVESTIGADOS	PERIODICIDADE / DESAGREGAÇÃO
CIS/Anpocs/Nadd	Acervo/Banco de dados	Administração pública, ciência e tecnologia, comércio, conflito, democracia, educação, emprego, gasto público, gênero, habitação, índices socioeconômicos, meio ambiente, pobreza, políticas públicas, relações raciais, saúde e segurança	Diversa / País, estado, município, comunidades
Conferências municipais	Relatórios	Questão urbana, saúde, educação, juventude, meio ambiente etc.	Anual / Município, bairros
Fundações e institutos estaduais e municipais de planejamento, pesquisa e estatística, como: Fundação Seade (SP); Cide (RJ); Fundação João Pinheiro (MG); Ipes (ES); Sepin (GO); SEI (BA); Ideme (PB); Condep (PE); Cepro (PI); Incipe (MA); Ipardes (PR); e FEE (RS), dentre outras	Informações demográficas, socioeconômicas e político-culturais	Demografia e estatísticas vitais, de educação e saúde, justiça e segurança pública, saneamento básico e condições de vida, emprego, trabalho e renda, administração e gestão pública, recursos orçamentários etc.	Diversa / Nacional, estadual, metropolitana, municipal e intramunicipal (distritos, setores censitários)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Censo Demográfico	Características demográficas, habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos	Decenal / Município, setor censitário
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Contagem populacional	População, migração	Entre censos / Município
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Estatísticas do Registro Civil, casamentos etc.	Nascimentos, óbitos	Anual / Distritos
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Pesquisa Básica de Informações Municipais (Munic)	Infraestrutura, recursos, finanças, equipamentos	Anual / Município
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Estudos técnicos e pesquisas sociais	Planejamento de políticas públicas, desenvolvimento social	Variável / Diversa
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Informações e estatísticas diversas	Programas, projetos, serviços e benefícios que constituem a política pública de assistência social	Variável / Nacional, estadual, municipal
Ministério da Educação	Censo Escolar	Alunos, professores, equipamentos	Anual / Município
Ministério da Saúde	Datasus	Estatísticas de mortalidade, vacinações, equipamentos, recursos, morbidade	Anual / Município
Ministério do Trabalho	Rais Caged	Empregos, salários, admissões, demissões	Anual / Município
Orçamento (participativo)	Relatório	Recursos orçamentários por projeto, prioridades aferidas pela população	Anual / Município, bairros
Planos Diretores	Relatório	Planejamento/ordenamento territorial, prioridades municipais	Variável / Município, bairros

O processo de monitoramento e avaliação dos ODM pode exigir a adoção de indicadores adicionais, que respondam à realidade do município e a suas necessidades políticas. Nessas condições, o comitê de acompanhamento dos ODM (*veja mais na página 19*), junto com a equipe ou instância responsável por seu monitoramento e avaliação, pode criar seu próprio sistema de indicadores.



Para criar um sistema de indicadores, é importante lembrar os seguintes pontos:

- é fundamental recorrer a livros, pesquisas e artigos disponíveis sobre o assunto, agregando experiências bem-sucedidas;
- a definição precisa dos conceitos teóricos permite codificar as experiências concretas e as observações empreendidas;
- os conceitos assumem a forma de variáveis, com ao menos dois valores dispostos ao longo de uma dimensão. O conceito de “gênero”, por exemplo, diz respeito a dois atributos distintos: “feminino” ou “masculino”;
- em geral, os indicadores são combinados durante o processamento e análise dos dados, formando um índice ou escala. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, engloba quatro indicadores: renda *per capita*, taxa de analfabetismo, taxa de matrícula combinada, e expectativa de vida ao nascer;
- a definição dos métodos de coleta de dados deve estar ligada à organização das informações, bem como às técnicas analíticas que serão utilizadas, para melhor explicar os resultados.

» Criação de um sistema de monitoramento e avaliação

Existe uma vasta literatura sobre a utilização de indicadores articulados em um sistema que se presta ao monitoramento e à avaliação de programas, projetos, serviços e políticas públicas.

No contexto dos ODM, os indicadores devem ser encarados como ferramentas para acompanhar sistematicamente a realidade social, visando ao aperfeiçoamento contínuo de determinada política pública.

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação baseado em indicadores sociais é realizado em três etapas:

- **fase anterior à obtenção das informações**, que se caracteriza pelo estabelecimento formal dos indicadores sociais e pela definição rigorosa das regras, métodos e técnicas que serão empregados na realização da coleta dos dados;
- **fase de obtenção das informações**, que se configura mediante as ações de armazenagem e processamento dos dados brutos reunidos e pela elaboração da respectiva análise interpretativa;
- **fase de aperfeiçoamento da relação entre os indicadores empíricos e as informações sociais**, que se conforma mediante o trabalho técnico e social de aperfeiçoamento de uma ou de ambas as etapas anteriores, a fim de consolidar um sistema de referência que seja, ao mesmo tempo, consistente técnica e cientificamente, além de relevante social e politicamente.

É importante que o sistema de monitoramento e avaliação dos ODM no âmbito municipal seja coerente com o sistema de monitoramento e avaliação dos indicadores de acompanhamento do PPA (*veja mais na página 25*).

» Cuidados metodológicos

Na hora de recolher, organizar, analisar e interpretar os indicadores, é preciso observar alguns pontos.

A **coleta e a organização** das informações que compõem os indicadores devem ser feitas considerando a confiabilidade das fontes, a segurança no acondicionamento dos dados e o manejo eficaz das informações. Os meios empregados nesses processos (planilhas eletrônicas, bancos de dados eletrônicos etc.) têm impacto direto na realização da análise e da interpretação dos resultados. Isso porque delimitam as possibilidades de explicação e as conclusões sobre os resultados, assim como as de comunicação a um público composto por especialistas e não especialistas.

A **análise e interpretação** dos indicadores municipais dos ODM, por sua vez, devem considerar que:

- indicadores cuja explicação é direta ou intuitiva, como o item “cobertura vegetal”, têm significados evidentes e os aspectos que os influenciam são facilmente identificáveis;
- indicadores cuja explicação é indireta ou não intuitiva, como desigualdade de gênero ou evasão escolar, requerem a elaboração de seu significado e a identificação dos elementos que os influenciam.

O quadro de referência a seguir oferece recomendações sobre a leitura e a interpretação dos indicadores de explicação indireta ou não intuitiva. Ele pontua alguns dos fatores que podem elucidar esses indicadores, além de ações do poder público que podem contribuir para melhorá-los. Evidentemente, o quadro pode ser ampliado com outros elementos explicativos e atividades.

» Quadro de referência: leitura e compreensão de indicadores multicausais

TIPO DE INDICADOR	ÁREA TEMÁTICA	FATORES A SEREM CONSIDERADOS NA EXPLICAÇÃO DO RESULTADO APURADO PELO INDICADOR	AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO INDICADOR
Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda	Pobreza	Histórico relativo à concentração de renda (bolsões de pobreza) Baixo dinamismo econômico Baixa qualificação da mão de obra Nível de desemprego	Programas de transferência direta de renda Programas de qualificação profissional Programas de incentivo econômico ou fiscal (por exemplo: microcrédito) Investimento em educação básica Incentivo à agricultura familiar Regularização fundiária Titulação das propriedades sem posse segura Organização de arranjos produtivos locais
	Desigualdade de Renda	Histórico relativo à concentração de renda (bolsões de pobreza) Seletividade quanto ao emprego e à remuneração salarial (concentração setorial dos empregos e disparidades na remuneração conforme a qualificação da mão de obra) Situação do trabalho exercido pelas mulheres Situação do trabalho exercido pelos jovens	Política fiscal progressiva (taxação do IPTU) Programas de transferência direta de renda Programas de qualificação e requalificação profissional Investimento em educação básica

Indicadores de Educação	Evasão escolar segundo as diferentes faixas etárias	Condições de oferta de vagas educacionais Situação da escola quanto à infraestrutura, qualificação dos professores, qualidade dos materiais pedagógicos etc.	Programas de inclusão Programas de transferência de renda condicionados à frequência escolar Parcerias com outros atores sociais do município em programas de educação de jovens e adultos Formação de gestores escolares para atuar na direção das escolas
	Conclusão do Ensino Fundamental por adolescentes de 15 a 17 anos	Adequabilidade do projeto político-pedagógico Situação socioeconômica e familiar dos estudantes Situação de trabalho infantil	Melhoria do transporte escolar Oferta de merenda escolar no ensino básico Revisão da proposta pedagógica e adequação à realidade educacional e às necessidades dos educandos Programas para o combate à situação de trabalho infantil
	Analfabetismo da população de 15 anos ou mais	Condições de oferta de vagas educacionais Situação da escola quanto à infraestrutura, qualificação dos professores, qualidade dos materiais pedagógicos etc. Adequabilidade do projeto político-pedagógico Situação socioeconômica e familiar dos analfabetos Situação de trabalho e empregabilidade	Programas de alfabetização de jovens e adultos Ampliação e melhoria das ofertas educacionais Parcerias com outros atores sociais do município em programas de educação de jovens e adultos Formação de gestores escolares para atuar na direção das escolas
Indicadores de Justiça e Igualdade de Gênero	Desigualdade entre homens e mulheres na educação	Situação escolar das mulheres <i>versus</i> situação escolar dos homens	Incentivos e programas de apoio à educação não sexista
	Desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho (salários e empregos)	Nível de salários das mulheres <i>versus</i> nível de salários dos homens Perfil dos postos de trabalhos ocupados por mulheres	Incentivos e programas de combate à discriminação da mulher no mercado de trabalho Programas e equipamentos de apoio e atendimento às mulheres em situação de violência doméstica
	Desigualdade entre homens e mulheres na política	Número de cargos públicos eletivos e não eletivos ocupados por mulheres	Adoção de sistemas de quotas proativas
Indicadores de Saúde	Mortalidade materna	Acesso e acompanhamento médico especializado no pré-natal Incidência de doenças adquiridas após o parto (infecções hospitalares)	Programas de incentivo à realização de pré-natal Implementação de melhorias na rede médico-hospitalar de atendimento à mulher Condições sanitárias adequadas para a realização dos partos
	Mortalidade infantil (número de óbitos de crianças de até 1 ano por mil nascidos vivos)	Acesso e acompanhamento médico especializado (pré-natal) das gestantes, para detecção de doenças congênitas Incidência de doenças adquiridas após o parto (infecções hospitalares) Aleitamento materno Acesso e acompanhamento médico-hospitalar após o nascimento Condições de saneamento básico	Programas de incentivo à realização de pré-natal Programas de incentivo à amamentação Implementação de melhorias na rede médico-hospitalar de atendimento à mulher Programas de vacinação Investimento em saneamento básico
	Mortalidade na infância (número de óbitos de crianças de até 5 anos por mil nascidos vivos)	Desnutrição e subnutrição Incidência de doenças congênitas Cobertura vacinal Acesso e acompanhamento médico-hospitalar especializado Condições de saneamento básico	Programas de segurança alimentar Programas de vacinação Investimento em saneamento básico Implementação de melhorias na rede médico-hospitalar de atendimento à criança

Indicadores de Saúde	Gravidez na adolescência	<p>Ausência/existência de programas de educação sexual nas escolas e nos meios de comunicação</p> <p>Ausência/existência de programas sobre saúde reprodutiva destinados a adolescentes</p> <p>Distribuição de contraceptivos</p> <p>Ausência/existência de atividade produtiva que favoreça a exploração sexual</p>	<p>Programas de educação sexual nas escolas e nos meios de comunicação</p> <p>Programas de saúde reprodutiva</p> <p>Programas de combate à exploração sexual de adolescentes e jovens</p>
	Hanseníase	<p>Fatores ambientais (cerca de quatro em cada cinco casos de hanseníase, atualmente, encontram-se em países da faixa intertropical)</p> <p>Fatores sociais, como condições desfavoráveis de vida, precariedade das condições de habitação, desnutrição, subnutrição etc.</p>	<p>Melhoria das condições sanitárias e de habitação</p> <p>Realização de campanhas educativas</p> <p>Diagnóstico precoce e tratamento dos casos existentes</p>
	Tuberculose	<p>Condições sanitárias das áreas de incidência e de prevalência da doença</p> <p>Ausência de campanhas educativas e medidas preventivas</p> <p>Abandono ou interrupção do tratamento</p>	<p>Rastreamento de áreas de infecção</p> <p>Tratamento supervisionado para todos os casos de tuberculose bacilífera</p> <p>Ampliação da cobertura ambulatorial da tuberculose multirresistente</p> <p>Redimensionamento e capacitação de recursos humanos na estratégia de tratamento supervisionado</p> <p>Incentivos à realização de busca ativa de casos por parte das Unidades Básicas de Saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde</p> <p>Aquisição de novos equipamentos para a realização de baciloscopia, inclusive aos finais de semana</p>
	HIV/aids	<p>Taxas de incidência (novos casos), prevalência e óbitos</p> <p>Número de pessoas infectadas que desconhecem sua condição, fazendo com que o vírus se dissemine mais rapidamente</p>	<p>Ampliação dos serviços de diagnóstico do HIV/aids</p> <p>Programas e campanhas de prevenção</p>
Outros Indicadores Sociais	Desemprego jovem	<p>Baixa qualificação da mão de obra</p> <p>Baixo dinamismo econômico</p> <p>Baixa concretização de ajustes produtivos locais</p>	<p>Investimento em educação básica e capacitação profissional de jovens</p> <p>Políticas de desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda</p>
	Mobilidade urbana	<p>Qualidade do sistema público de transporte</p> <p>Ausência/existência de interconexão entre os meios de transporte</p> <p>Custo do transporte coletivo</p> <p>Oferta de meios de transporte alternativos</p> <p>Adequação da infraestrutura para atender pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida</p> <p>Segurança no trânsito (número de acidentes)</p>	<p>Políticas de investimento em transporte público eficiente e de baixo custo</p> <p>Programas de incentivo a meios de transporte alternativos (como bicicletas)</p> <p>Oferta de transportes a segmentos sociais específicos (idosos, pessoas com deficiência, estudantes etc.)</p> <p>Realização de campanhas de prevenção a acidentes e segurança no trânsito</p>

» Refinamento da análise

A fim de melhor compreender e utilizar as informações apresentadas pelo sistema de indicadores de monitoramento e avaliação dos ODM é necessário recorrer a abordagens temáticas e a recortes específicos. Esse procedimento deve ser pensado de maneira a permitir a formulação de explicações abrangentes sobre as distintas dimensões que envolvem os desafios do município.

Por um lado, a análise e a interpretação dos indicadores de monitoramento e avaliação dos ODM devem tomar por referência as continuidades e descontinuidades existentes no interior do município, consolidando um quadro geral de referências internas. Por outro, devem levar em conta a situação do município em relação a outras municipalidades da grande região em que ele está situado ou de outras regiões. Isso ajudará a compor um quadro geral de referências externas.

Em ambos os casos, é interessante abordar:

- no plano demográfico, os vieses de cor da pele, gênero, etnias e faixas etárias;
- no plano geográfico-espacial, os vieses das dinâmicas intraurbanas (centro *versus* periferia) e metropolitanas, assim como o contraste rural *versus* urbano.

A análise deve considerar ainda a relação existente entre os indicadores de um determinado ODM e os que dizem respeito aos demais objetivos do Milênio. Para citar apenas alguns dos inúmeros exemplos:

- é razoável supor que os indicadores de saúde relacionados à mortalidade de bebês e crianças estejam associados aos referentes à saúde materna. A assistência médico-hospitalar às gestantes antes e durante o parto, comumente, desdobra-se na assistência médico-hospitalar neonatal e infantil;
- no caso da análise e da interpretação do comportamento apresentado pelos indicadores de pobreza ao longo do tempo, é importante levar em conta o desenvolvimento geral das políticas setoriais de trabalho e emprego (aumento real dos salários, criação de postos de trabalho etc.), além da situação particular das políticas setoriais socioassistenciais (usuários assistidos por programas e serviços, valores em espécie disponibilizados por meio de programas de transferência de renda etc.);
- a interpretação e a formulação das conclusões baseadas nos resultados evidenciados pelos indicadores de igualdade e justiça de gênero, também devem incluir elementos do contexto social mais amplo. Uma característica da cultura brasileira e que concorre para acentuar a desigualdade entre os gêneros nas esferas educacional, econômica e política é o componente racial. Por isso o recorte temático “cor da pele” é extremamente rico para mensurar e avaliar o desempenho na promoção da igualdade entre as mulheres e os homens. Dados relativos às situações de violência doméstica também podem e devem ser empregados na construção do panorama dos indicadores de igualdade e justiça de gênero, já que o desrespeito aos direitos fundamentais depõe contra a autonomia feminina;
- no intuito de ampliar e enriquecer a análise interpretativa dos resultados revelados pelos indicadores, também é importante explorar as relações entre esses diversos tipos de indicadores, com base em tendências. Diversas pesquisas evidenciam, por exemplo, a relação empírica entre os indicadores de sustentabilidade e os de saúde – que também possuem estreita relação e impactam decisivamente para a qualidade de vida da população. Isso deve ser ponderado na análise.

É necessário ter em conta que, em algumas situações, a mudança no comportamento dos indicadores de monitoramento e avaliação dos ODM pode estar relacionada aos efeitos decorrentes de ações promovidas direta ou indiretamente pelo poder público. A realização de campanhas, a criação de um programa setorial, a ampliação da oferta de determinado serviço público, ou mesmo a articulação com outras políticas públicas setoriais, tudo isso pode influenciar os resultados.

As conclusões decorrentes da análise cuidadosa dos resultados evidenciados pelos indicadores de monitoramento e avaliação podem orientar a elaboração, o desenvolvimento e a revisão das políticas setoriais, abrindo possibilidades para o enfrentamento concreto dos problemas existentes no município.



» Como o Brasil monitora seus ODM?

O monitoramento dos avanços e desafios do país em relação aos ODM demonstra o compromisso das esferas governamentais com o tema. Esse processo pode reunir especialistas, pesquisadores e tomadores de decisão, consolidando os ODM como uma agenda e um instrumento para subsidiar a elaboração e análise das políticas públicas.

No Brasil, o monitoramento dos ODM vem sendo feito pelo Ipea, por meio dos Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM. Foram produzidos relatórios em 2004, 2005 e 2007. Para 2010, está prevista uma nova versão. Paralelamente, estados como São Paulo, em 2005, e Paraná, em 2006 e 2007, produziram seus relatórios. Os documentos foram elaborados, respectivamente, pela Fundação Seade e pelo Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis).

A Rede de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos ODM, formada por cinco universidades, também criou a Coleção de Estudos Temáticos sobre os ODM, que reúne cinco volumes. As publicações somam mais de 700 páginas e analisam a evolução do país nas áreas de educação; pobreza e fome; desigualdade de raça e de gênero; saúde; e sustentabilidade ambiental. Os relatórios apresentam a evolução dos indicadores, as tendências para 2015 e as ações realizadas pelos governos.



- Agenda Pública (www.agendapublica.org.br)
- *A gestão de projetos e a construção e o uso de indicadores*, Leandro Lamas Valarelli, Universidade Cândido Mendes, 2005.
- *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*, Júlio César Rodrigues Pereira, Ed. Universidade de São Paulo, 1999.
- Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (www.anipes.org.br)
- *Crítérios para a geração de indicadores da qualidade e produtividade no serviço público*. Luis Fernando Tironi *et alii*, Ipea e Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento, 1991.
- Fundação Seade (www.seade.gov.br)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (www.ipea.gov.br)
- *Monitoramento de impacto: uma proposta metodológica*. Petra Ascher Piecha e Leandro Lamas Valarelli, Ministério do Meio Ambiente, 2008.
- Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (www.orbis.org.br)
- *Políticas públicas: uma revisão da literatura*, Celina Souza, *Sociologias*. Jul./dez. 2006.

Rede ODM Brasil: cooperando para ganhar

As realidades brasileiras são muito diversas. Os dados desagregados das estatísticas construídas para o conjunto do território nacional evidenciam fragilidades regionais e locais frente aos principais indicadores de desenvolvimento. No caso dos municípios, por razões que vão desde restrições orçamentárias até problemas de qualificação da equipe técnica e de falta de indicadores de gestão, a situação é sensível. Essas assimetrias traduzem a dificuldade de muitos municípios em compreender e adotar a plataforma dos ODM como parâmetro para seu planejamento.

Apesar das limitações, os municípios têm um papel fundamental para o cumprimento dos ODM, pois são responsáveis pela gestão de diversas políticas relacionadas a eles. Além disso, detêm vantagens em relação às demais esferas de governo no que diz respeito à adoção de uma agenda de desenvolvimento, pois:

- possuem autonomia operacional e mandato formal para prover vários serviços à população;
- possuem mandato institucional para promover ações nas áreas de desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, saneamento, educação, cultura, saúde e segurança;
- podem estabelecer acordos com ONGs e com o setor privado para criar uma agenda cooperativa;
- podem adotar leis e marcos regulatórios em assuntos sociais e ambientais.

A fim de ajudar a superar as limitações municipais, em 2009, foi criada a Rede ODM Brasil, sob a liderança das prefeituras de Santos (SP), Belo Horizonte (MG), e com o apoio do Pnud e da Agenda Pública. Seu objetivo é fomentar a troca de experiências e a cooperação entre os municípios comprometidos com os ODM. Seus membros buscam discutir e elaborar planos de ação conjunta para favorecer o cumprimento e o monitoramento dos ODM.

Os integrantes encontram na rede: apoio para construir indicadores locais; formas de articulação com outros municípios; auxílio para ler e interpretar seus indicadores; cursos de capacitação voltados a gestores públicos e conselheiros; apoio na construção de sistemas de monitoramento; e ajuda para identificar fontes de financiamento.

Interessados em fazer parte da Rede ODM Brasil devem acessar www.redeodm.org.br.

» Banco de Metodologias

No primeiro semestre de 2005, o Ministério das Cidades realizou um levantamento dos indicadores sociais municipais existentes no Brasil. Os resultados foram sistematizados em um Banco de Metodologias, que está disponível na Rede ODM Brasil. O banco apresenta 45 sistemas, com 834 indicadores relativos a 25 temas, e 1.442 indicadores isolados georreferenciados, divididos em 27 temas. Os indicadores foram identificados por meio de pesquisas na internet, em bibliotecas e junto aos gestores públicos e pesquisadores.

ANEXO 1:

Panorama dos ODM no Brasil

Pontos nos quais o Brasil avançou ou ainda precisa trabalhar quando o assunto é Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

» 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome

Avanços: o objetivo 1 foi o que mais avançou no território nacional. Sua meta 1A (reduzir à metade a proporção de pessoas que vivem com renda inferior a um dólar por dia) foi cumprida com dez anos de antecedência. Em 1990, 8,8% das pessoas viviam em condições de extrema pobreza. Em 2005, o número caiu para 4,2%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados no Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM 2007 (RNA 2007). Em relação à fome, o mesmo relatório indica que, nesse período, houve queda de 75% no número de crianças com menos de 2 anos com desnutrição grave. Essa tendência é observada em todo o país, apesar de as regiões Norte e Nordeste apresentarem níveis elevados de desnutrição infantil.

Desafios para 2015: a pobreza entre negros e pardos é três vezes maior do que entre os brancos. Segundo o IBGE/RNA 2007, 6% dos negros e pardos viviam em condições de extrema pobreza em 2005, enquanto 2% dos brancos estavam na mesma situação.

A péssima distribuição de renda continua sendo um entrave ao país, embora o quadro tenha melhorado nos últimos anos. Segundo um estudo divulgado em 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a desigualdade de renda entre os trabalhadores brasileiros caiu quase 7% entre 2002 e 2008.

» Objetivo alcançado!

O Brasil tinha, em 2005, 4,2% de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Agora, é preciso trabalhar para atingir as novas metas do país: diminuir a pobreza a 2,2% dos cidadãos e erradicar a fome até 2015. Para isso, é fundamental melhorar a distribuição de renda, igualando as condições de vida de brancos, pardos e negros, e reduzir as desigualdades regionais.

» 2. Atingir o ensino básico universal

Avanços: o país também progrediu no objetivo 2. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2007, a taxa de frequência escolar líquida (proporção entre o número de crianças de uma determinada faixa etária que frequenta a escola na série adequada em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária) para crianças de 7 a 14 anos subiu de 81,4% em 1992 para 94,6% em 2007. Entre adolescentes de 15 a 17 anos, o avanço foi de 18,2% em 1992 para 48% em 2007.

Desafios para 2015: a qualidade da educação, no entanto, não acompanhou o processo de universalização. Em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em 2005, o índice referente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (EF) foi de 3,8. Dois anos depois, o número subiu para 4,2, sendo que a meta para 2021 é de 6,0. Para os anos finais do EF, foram registrados os índices de 3,5 e 3,8, respectivamente. A meta para 2021 é de 5,5. O recorte por cor da pele mostra que negros, pardos e indígenas apresentam escolaridade muito inferior à dos brancos. Segundo dados da Pnad 2005 disponíveis no RNA 2007, em 2005, a taxa de frequência dos brancos no Ensino Médio (EM) era de 56,9%, enquanto a dos pretos e pardos era de 36,9%. No EF, a diferença era bem menor: 95,5% para os brancos e 93,7% para pretos e pardos.

As taxas de evasão escolar e de defasagem idade/série são altas. O Inep, utilizando dados da Pnad 2007, mostra que 28% dos estudantes entre 9 e 16 anos não cursam a série correspondente a sua idade. No EM, apenas 46% dos jovens frequentam o ano correspondente a sua idade. Dados preliminares do Censo Escolar 2008 ainda identificam que, dos 27 milhões de alunos matriculados no EF, apenas 7 milhões chegam ao EM.

» Quase lá!

Em 2007, 94,6% das crianças de 7 a 14 anos estavam na série do Ensino Fundamental adequada à sua idade. No entanto, é preciso avançar na qualidade da educação, aumentar o número de jovens que cursam o Ensino Médio, reduzir a evasão, a repetência e as desigualdades entre brancos, pardos e negros.

» 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Avanços: um diferencial do Brasil em relação à comunidade internacional é que sua proporção de meninos e meninas no EF é praticamente a mesma. No EM, o número de mulheres é 23% superior ao de homens, e, nas universidades, é 31% maior, segundo a Pnad 2005. A meta de eliminar a disparidade educacional entre os sexos, portanto, não se aplica no país.

Desafios para 2015: as mulheres recebem salários menores do que os homens para realizar as mesmas funções no ambiente de trabalho. Quanto mais anos de estudo, maior essa diferença. A Pnad 2005 mostra que uma mulher com até 4 anos de estudo ganha 85% do salário recebido por um homem com a mesma escolaridade. Na faixa das pessoas com 12 anos ou mais de estudo, o salário cai para 62,5% do dos homens. As desigualdades referentes à cor da pele somam-se às de gênero. Uma mulher negra ou parda com até 4 anos de estudo recebe 58,1% do salário de uma mulher branca com a mesma escolaridade. Entre mulheres com 12 anos ou mais de estudo, a diferença diminuiu, mas ainda é significativa: as negras ou pardas recebem 75,3% do que recebem as brancas.

A participação das mulheres em cargos eletivos também é muito pequena no Brasil. Nas eleições de 2006, apenas 8,8% das vagas para deputados federais foram preenchidas por mulheres, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral. Na Argentina, esse número é superior a 35%. Nas Assembleias estaduais, a presença feminina não passou de 11,6% no território nacional.

» Meta internacional alcançada!

As mulheres já são maioria no ensino brasileiro. É preciso ainda igualar os salários de homens e mulheres e aumentar a representação feminina na política.

» 4. Reduzir a mortalidade infantil

Avanços: de acordo com dados da Pnad 2005, as taxas de mortalidade na infância (entre crianças de até 5 anos) vêm caindo no país. Em 1990, o Brasil registrava 53,7 mortes por mil nascidos vivos; em 2005 o índice caiu para 26,9 mortes por mil nascidos vivos.

Desafios para 2015: para alcançar a meta do milênio prevista para 2015, o Brasil precisa reduzir o número de óbitos de crianças com menos de 5 anos para 18 mortes por mil nascidos vivos. Segundo estimativa da ONU, o Brasil é um dos 7 países, entre 60 analisados, que têm condições de alcançar essa meta.



Em 2005, a taxa de mortalidade na infância era de 26,9 por mil nascidos vivos. É fundamental continuar trabalhando na redução desse número. Para cumprir a meta, a mortalidade na infância deve cair para 18 por mil nascidos vivos até 2015. É preciso atentar também para as disparidades regionais. A taxa de mortalidade na infância é duas vezes maior no Nordeste do que no Sul.

» 5. Melhorar a saúde materna

Avanços: no Brasil, 97% dos partos são realizados em hospitais, com acompanhamento médico, de acordo com dados de 2005 do Ministério da Saúde. Em 1997, a taxa de mortalidade materna era de 61,2 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Em 2005, caiu para 53,4 por 100 mil nascidos vivos.

Desafios para 2015: apesar da queda, o número ainda é alto. Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil tem apenas 50% de chances de conseguir reduzir em três quartos a mortalidade materna até 2015, atingindo a meta de 38 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Para cumprir o objetivo, seria necessário oferecer atenção integral à mulher grávida, proporcionando atendimento especializado às gestantes de risco, acompanhamento adequado durante o pré-natal, o parto e o pós-parto, além de serviço eficaz de emergências obstétricas e de planejamento familiar.



O Brasil tem apenas 50% de chances de reduzir em três quartos a mortalidade materna até 2015, atingindo a meta de 38 óbitos por 100 mil nascidos vivos. O país precisa criar uma política de atenção integral à gestante.

» 6. Combater o HIV / aids, a malária e outras doenças

Avanços: os programas brasileiros de combate ao HIV/aids têm se tornado referência mundial de qualidade. A incidência de aids está em queda desde 2005. Conforme dados do Ministério da Saúde, após atingir o pico

em 2002 (21,85 por mil habitantes), a taxa de incidência da doença caiu para 17,8 por mil habitantes em 2007. O número de mortes também tem diminuído graças ao sucesso do tratamento com coquetéis antirretrovirais. A mortalidade por aids atingiu o índice de 9,7 por mil habitantes em 1995. Entre 1998 e 2005, manteve-se estável em torno de 6 por mil habitantes e, em 2006, caiu para 5,1 por mil habitantes.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net) também mostra que o número de casos confirmados de hanseníase tem diminuído no país desde 2003, passando de 58.816 para 33.886 em 2008. O Brasil criou uma meta nacional, comprometendo-se a erradicar a doença até 2010.

Desafios para 2015: a malária continua a ser uma enfermidade muito comum, especialmente nos estados da Amazônia Legal. O número de casos da doença caiu de 1999 a 2002, mas voltou a subir até o ano de 2005, segundo informações da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica e do Ministério da Saúde, disponíveis no RNA 2007.

A tuberculose também não está sob controle no país. Entre 2000 e 2003, houve um aumento de novos casos (de 69.887 para 76.519). Nos dois anos seguintes, os novos registros caíram. Em 2005 foram registradas 74.113 novas ocorrências. Os dados são do Sistema de Informação de Agravos de Notificação em Tuberculose, do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica e do Ministério da Saúde, disponíveis no RNA 2007.

» Meta internacional alcançada!

A aids já não cresce tanto no Brasil e menos pessoas morrem em consequência da doença. A hanseníase também está sendo contida, embora ainda precise ser erradicada. Já a malária e a tuberculose continuam a ser comuns no Brasil.

» 7. Garantir a sustentabilidade ambiental

Avanços: o acesso à água potável foi ampliado no Brasil. Em 1992, 82% dos domicílios tinham acesso à água encanada. Em 2007, o serviço foi estendido a 93,2% dos lares, segundo números da Pnad.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) mostra, por sua vez, que o desflorestamento da Amazônia vem diminuindo no país. No período 2006/2007, foram 11.532 km² de devastação ante mais de 27 mil km² devastados entre 2003/2004. O consumo de CFC, responsável pelo buraco na camada de ozônio, também foi reduzido em mais de 90% entre 1999 e 2006.

Desafios para 2015: o maior desafio do objetivo diz respeito ao saneamento básico. Em 2004, apenas 47,9% dos domicílios brasileiros possuíam acesso a esgotamento sanitário, segundo levantamento do Ministério das Cidades. Para que o país alcance a meta, é necessário que a rede seja levada a mais 53 milhões de pessoas. As chances de isso acontecer até 2015, segundo o próprio órgão, são de menos de 30%. De acordo com o IBGE, em 2005, 65% dos domicílios urbanos tinham condições adequadas de moradia. Pessoas que vivem em más condições estão mais expostas a doenças, têm menor expectativa de vida, apresentam menor escolaridade e têm menos chances de conseguir um emprego no setor.

A transformação de florestas em áreas de pastagem e plantio também precisa ser controlada. As árvores derrubadas, ao apodrecerem, liberam gás carbônico, um dos principais causadores do aquecimento global.

Sinal de ALERTA

O Ministério das Cidades considera que o país tem apenas 30% de chances de cumprir a meta de acesso a um sistema adequado de coleta, tratamento e destino do esgoto. É preciso trabalhar para melhorar as condições de 35% dos domicílios brasileiros e para diminuir o desmatamento.

» 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Avanços: a cooperação entre os países em desenvolvimento, chamada cooperação Sul-Sul, tem gerado bons frutos por meio da troca de experiências e da cooperação técnica. Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM de 2007, o Brasil tem ampliado seus acordos de cooperação com outros países da América do Sul, Caribe e África. Em 2007, foram colocados em prática 184 projetos e missões de cooperação com outros países, focados na especialização de técnicos públicos e disponibilização de bens e equipamentos.

A cooperação direta entre municípios, por meio de programas de redes internacionais de cidades como a Mercocidades, a URB-AL e o Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), tem contribuído para o desenvolvimento de diversos temas relacionados ao desenvolvimento humano e à gestão pública.

O acesso a tecnologias de comunicação tem avançado lentamente. O número de pessoas que possuem telefones celulares passou de 19,5% em 2002, para 63,1%, em 2007, segundo informações divulgadas em março de 2009 pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Os domicílios com acesso à internet passaram de 10,3% dos lares, em 2002, para 15,1% em 2007. Em países desenvolvidos esse número chega a 70%.

Desafios para 2015: o objetivo 8 continua sendo desafiador. Com raras exceções, a cooperação internacional para a erradicação da pobreza ainda acontece por meio de iniciativas esparsas e assistencialistas. O Brasil deve ampliar seus programas de cooperação técnica e estendê-los aos municípios e governos estaduais, aproximando mais seus frutos dos beneficiários finais dos serviços públicos.

O acesso a tecnologias de informação, como a internet de banda larga, também precisa ser ampliado. A UIT avalia a banda larga brasileira como uma das mais caras do mundo. O acesso à banda larga no domicílio compromete 9,6% da renda média da população. Nos Estados Unidos e Cingapura, o serviço compromete 0,1% da renda média da população. O celular também é mais caro por aqui: custa 5,9% da renda média do brasileiro, enquanto na Argentina, o número não passa de 2,5%.

Sinal de ALERTA

O acesso à tecnologia no Brasil é muito caro quando comparado a outros países. As contas de celular são muito altas e o acesso à internet de banda larga, além de custoso, é lento.

ANEXO 2: Sugestões de parâmetros para realizar o diagnóstico do perfil municipal dos ODM

Contextualização: incluir alguns dados gerais sobre o município, indicadores e informações quantitativas e qualitativas, além de dados demográficos e socioeconômicos. É importante registrar, em linhas gerais, informações sobre outros instrumentos de planejamento do município, como o Plano Diretor, a Agenda 21 Local, o plano estratégico do município (se houver), programas de desenvolvimento urbano e informações sobre as conferências municipais.

OBJETIVOS E METAS DO MILÊNIO	INDICADORES LOCAIS PARA CADA META ESTABELECIDADA (EXEMPLOS)	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES
<p>ODM 1: Pobreza e Fome</p> <p>Meta 1A: reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia</p> <p>Meta 1B: alcançar emprego integral produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens</p> <p>Meta 1C: reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Proporção da população com renda inferior a um dólar por dia</p> <p>Índice de hiato de pobreza (incidência multiplicada pelo grau da pobreza)</p> <p>Participação dos 20% mais pobres da população na renda ou no consumo nacional</p> <p>Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) abaixo do peso</p> <p>Proporção da população que não atinge o nível mínimo de crescimento dietético de calorias</p> <p>Situação do município em relação ao Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)</p> <p>Taxa de acompanhamento de crianças com frequência escolar (condicionante do Bolsa Família)</p> <p>Taxa de emprego formal de jovens na faixa de 15 a 24 anos, por sexo</p> <p>Taxa de famílias com acompanhamento da agenda de saúde (condicionante do Bolsa Família)</p> <p>Percentual de crianças menores de 12 anos desnutridas na rede pública municipal e/ou conveniada</p> <p>Taxa de agricultores familiares no município</p> <p>Total de agricultores familiares com contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>

<p>ODM 2: Educação</p> <p>Meta 2A: garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino básico</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental</p> <p>Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º</p> <p>Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos</p> <p>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) relativo aos anos iniciais do Ensino Fundamental</p> <p>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) relativo aos anos finais do Ensino Fundamental</p> <p>Número de jovens e adultos em turmas de alfabetização</p> <p>Número de jovens e adultos que concluíram os cursos de alfabetização</p> <p>Número de jovens e adultos matriculados em classes do primeiro segmento do EJA</p> <p>Percentual de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) não alfabetizadas</p> <p>Número de escolas acompanhadas pela Equipe de Saúde da Família</p> <p>Percentual de alunos com Avaliação Clínica Psicossocial</p> <p>Percentual de alunos com Avaliação Auditiva</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>
<p>ODM 3: Igualdade de Gênero</p> <p>Meta 3A: eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Razão entre meninas e meninos nos ensinos Fundamental, Médio e Superior</p> <p>Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos</p> <p>Percentual de mulheres assalariadas no setor não agrícola</p> <p>Total de serviços e programas de apoio à mulher em situação de violência</p> <p>Percentual de serviços de saúde com notificação implantada da violência contra a mulher</p> <p>Percentual de profissionais capacitados para atender à mulher em situação de violência</p> <p>Percentual de mulheres em situação de violência atendidas</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>
<p>ODM 4: Mortalidade Infantil</p> <p>Meta 4A: reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos</p> <p>Taxa de mortalidade infantil</p> <p>Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo</p> <p>Percentual da população coberta pelo Programa Saúde da Família</p> <p>Média mensal de visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários da Saúde (ACS)</p> <p>Percentual de profissionais capacitados por equipes do PSF para atender às crianças de até 1 ano e as gestantes</p> <p>Percentual de crianças de até 5 anos de idade acompanhadas pelas ESFs</p> <p>Cobertura do Sistema de Informação de Mortalidade</p> <p>Percentual de óbitos infantis investigados</p> <p>Percentual de recém-nascidos de risco acompanhados após a alta hospitalar</p> <p>Acesso dos recém-nascidos em risco a bancos de leite</p> <p>Taxa de mortalidade neonatal (até 27 dias de vida)</p> <p>Percentual de profissionais qualificados para atender urgências e emergências neonatais</p> <p>Percentual de crianças menores de 1 ano com três doses de vacina tetravalente</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>

<p>ODM 5: Saúde Materna</p> <p>Meta 5A: reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna</p> <p>Meta 5B: garantir, até 2015, acesso universal à saúde reprodutiva</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Taxa de mortalidade materna</p> <p>Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados</p> <p>Percentual de gestantes que fazem pré-natal com quatro ou mais consultas</p> <p>Percentual de profissionais qualificados para atender às urgências e emergências obstétricas</p> <p>Percentual de mulheres com acompanhante (lei do acompanhante) durante o parto e pós-parto</p> <p>Percentual de profissionais (médicos, enfermeiros e ACS) qualificados para a atenção pré-natal e identificação de gestante de risco</p> <p>Percentual de partos cesarianos</p> <p>Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas na população feminina</p> <p>Percentual de profissionais capacitados em ações de planejamento familiar (médicos, enfermeiros e ACS)</p> <p>Razão de exames citopatológicos cérvico-uterinos na faixa etária de 25 a 59 anos em relação à população-alvo</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>
<p>ODM 6: HIV/aids, malária e outras doenças</p> <p>Meta 6A: até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/aids</p> <p>Meta 6B: garantir, até 2010, acesso ao tratamento para HIV/aids para todos os que precisam</p> <p>Meta 6C: até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e outras doenças</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Taxa de prevalência do HIV/aids entre as mulheres grávidas com idades de 15 a 24 anos</p> <p>Taxa de incidência de aids em menores de 05 anos</p> <p>Taxa de mortalidade por aids</p> <p>Taxa de utilização de anticoncepcionais</p> <p>Percentual de população que vive com HIV/aids em tratamento com antirretroviral ou sendo acompanhada na rede pública</p> <p>Cobertura do VRDL (teste de identificação de pacientes com sífilis) durante o pré-natal e parto</p> <p>Taxa de detecção de sífilis em gestantes e de sífilis congênita</p> <p>Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária</p> <p>Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose</p> <p>Número de casos de dengue</p> <p>Percentual de internações por dengue</p> <p>Número de óbitos por dengue</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>

<p>ODM 7: Sustentabilidade Ambiental</p> <p>Meta 7A: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais</p> <p>Meta 7B: até 2010, reduzir significativamente a perda da biodiversidade</p> <p>Meta 7C: reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura</p> <p>Meta 7D: até 2020, alcançar uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas</p> <p>Percentual da população urbana com acesso à rede de água com canalização interna</p> <p>Percentual da população urbana com acesso à rede coletora de esgoto</p> <p>Percentual da população rural com água</p> <p>Percentual da população rural com esgoto</p> <p>Percentual da população coberta com a coleta de lixo</p> <p>Percentual da população coberta com a coleta seletiva de lixo</p> <p>Total de aterros sanitários implantados</p> <p>Proporção de domicílios com posse segura do local da moradia</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local. Por exemplo: houve um levantamento recente da situação das moradias no município?</p> <p>Estimar a proporção dos residentes urbanos que vivem em condições subnormais</p> <p>Estimar a proporção da população sem-teto para homens e mulheres</p> <p>Estimar a proporção da população que vive em locais precários, tais como áreas alagáveis, encostas, áreas altamente poluídas etc.</p> <p>Política atual e ambiente legal. Por exemplo: qual a situação de implementação dos mecanismos do Plano Diretor</p> <p>Regulamentações e políticas existentes em relação a habitações subnormais e à população sem-teto. Essas medidas estimulam ou desestimulam o aumento desse padrão?</p> <p>Há política de uso do solo? Há legislação que proteja os moradores nessas condições contra desocupações forçadas? A municipalidade (ou outras autoridades locais) promoveu ações de despejo contra moradores de habitações subnormais?</p> <p>Calcular o número de desocupações e descrever o processo</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados. Por exemplo: quais são os constrangimentos que a população mais pobre enfrenta para assegurar os direitos à terra? Quais são os principais problemas de gerenciamento do uso do solo? Quais são as etapas administrativas e legais para o exercício de direitos sobre a terra nas áreas de habitações subnormais? Quanto tempo pode levar o cumprimento destas etapas?</p> <p>Lições apreendidas com ênfase na sustentabilidade e impactos. Por exemplo: elaborar um projeto de melhoramento urbano para as áreas em condições subnormais que promova melhorias no presente e considere ações futuras, avaliando o sucesso da execução e seu impacto entre mulheres e homens e sobre a pobreza etc.</p> <p>Recomendações para futuras ações. Por exemplo: quais as políticas e ações necessárias para alcançar os interesses-chave esboçados acima e atingir as metas dos ODM no sentido de conseguir uma melhoria significativa nas vidas dos habitantes dessas áreas?</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>ODM 8: Estabelecer parcerias entre o governo federal, estados, municípios, sociedade civil e empresas locais para o desenvolvimento</p> <p>Meta 8A: avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório</p> <p>Meta 8F: em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações</p> <p>*As demais metas oficiais foram omitidas, pois não dizem respeito diretamente ao município</p> <p>Metas do município (adaptação das metas e metas adicionais, segundo o nível local de desenvolvimento)</p>	<p>Percentual de micro e pequenas empresas (MPEs) participando das compras públicas municipais</p> <p>Total de pessoas participando de programas de qualificação profissional por iniciativa do município</p> <p>Percentual de jovens que concluem os cursos de qualificação profissional inseridos no mercado de trabalho</p> <p>Número de bibliotecas públicas existentes no município</p> <p>Percentual de escolas com acesso à internet</p> <p>Proporção da população com acesso à internet</p> <p>Número de pontos públicos de acesso à internet (telecentros)</p>	<p>Situação atual, progresso feito desde 2000, condições persistentes, novas tendências, questões emergentes e principais áreas de interesse local</p> <p>Política atual e ambiente legal</p> <p>Fraquezas institucionais e obstáculos encontrados</p> <p>Lições aprendidas</p> <p>Recomendações para futuras ações</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO 3:

Boas práticas

» O caso de Belo Horizonte

A experiência de Belo Horizonte com os ODM teve início em janeiro de 2006, quando o município foi convidado pela ONU a participar do projeto-piloto “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. A Prefeitura aceitou o convite e, em abril de 2006, assinou o Memorando de Entendimento, marcando oficialmente sua entrada no rol das cidades que buscarão, até 2015, melhorar as condições de vida de suas populações e erradicar a fome e a pobreza.

A tarefa exigia esforço coletivo. Por isso, a Prefeitura de Belo Horizonte chamou algumas instituições para promover ações conjuntas. Em setembro de 2006, um Protocolo de Intenções foi assinado pelo prefeito e por representantes do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Fundação João Pinheiro e da Fundação Mineira de Educação e Cultura. O documento preconizava o esforço colaborativo desses atores para criar instrumentos de monitoramento relativos à formulação e à execução de políticas públicas, e trocar experiências com outros municípios e países. Sugeria ainda a criação de um observatório urbano local.

Observatório do Milênio

O Observatório do Milênio de Belo Horizonte foi lançado em novembro de 2008. Juntaram-se à iniciativa a Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Minas Gerais, o Centro Universitário UNA e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Os objetivos do observatório são:

- constituir um canal permanente entre os integrantes do Observatório e a administração pública, para acompanhar e subsidiar o desenvolvimento das políticas públicas locais;
- acompanhar o cumprimento das metas do milênio e da Agenda 21, e compartilhar os resultados com a sociedade;
- dinamizar a produção e análise de informações georreferenciadas sobre a cidade de Belo Horizonte;
- fomentar e divulgar iniciativas de responsabilidade social, fornecendo aos parceiros instrumentos de análise da realidade social e áreas prioritárias de atuação;
- articular um fórum de discussão sobre a cidade e as prioridades urbanas de curto, médio e longo prazos;
- trocar experiências e conhecimentos com as cidades que integram o sistema de observatórios locais;
- prover o Observatório Urbano Global de informações, indicadores e estatísticas relativas ao monitoramento do programa “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”;
- estabelecer mecanismos para a captação de recursos internos e externos, por meio da elaboração de projetos de pesquisa e expansão da base de atuação.

Seu endereço na internet é observatoriodomilenio.php.gov.br, onde estão publicados o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio de Belo Horizonte 2006, o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio de Belo Horizonte 2008 e a Revista do Observatório do Milênio, com periodicidade anual.

» O caso de Santos

O município de Santos, no litoral paulista, apresenta indicadores médios de qualidade de vida muito bons. Mas, nos bairros centrais, zonas dos morros e próximos aos mangues, persistem condições socioeconômicas e urbanísticas ruins, que formam “ilhas de exclusão social”.

Para incentivar um processo de desenvolvimento econômico sustentável, a Prefeitura intensificou, a partir de 2005, as políticas públicas contidas no plano “Compromisso com o Desenvolvimento Econômico e Social”. O plano estava baseado em uma estratégia de atuação intersetorial e governança democrática e participativa.

A preparação técnica e a mobilização em prol dos Objetivos do Milênio no município foram adotadas quando se constatou o alinhamento da proposta dos ODM com o plano de governo em curso, especialmente em relação à abordagem transversal no planejamento e implantação.

Inicialmente, foi constituído um grupo de trabalho formado por técnicos das diversas secretarias e empresas municipais, envolvidos nos programas e projetos de caráter social. Foram, então, identificados que projetos dialogavam direta ou indiretamente com as metas do milênio.

O passo seguinte foi reestudar os indicadores das políticas públicas, definindo quais poderiam ser utilizados no monitoramento das metas dos ODM. O trabalho foi reunido em um Diagnóstico do Município, com coleção e análise dos indicadores, apontando tendências e sugestões de medidas para facilitar o sucesso da missão.

Comitê Pró-ODM

Para ampliar a participação do governo, com a adesão de órgãos e entidades representativas da comunidade, decidiu-se conectar o projeto dos ODM aos processos em desenvolvimento no município. Desde 2005, o fortalecimento da representatividade e qualidade de atuação dos 24 conselhos e 4 comissões municipais foi trabalhado com jornada de encontros denominados “Diálogos da Cidadania”. Eles resultaram na criação de um portal e na prática de reuniões entre os conselhos para a troca de experiências e a atuação conjunta.

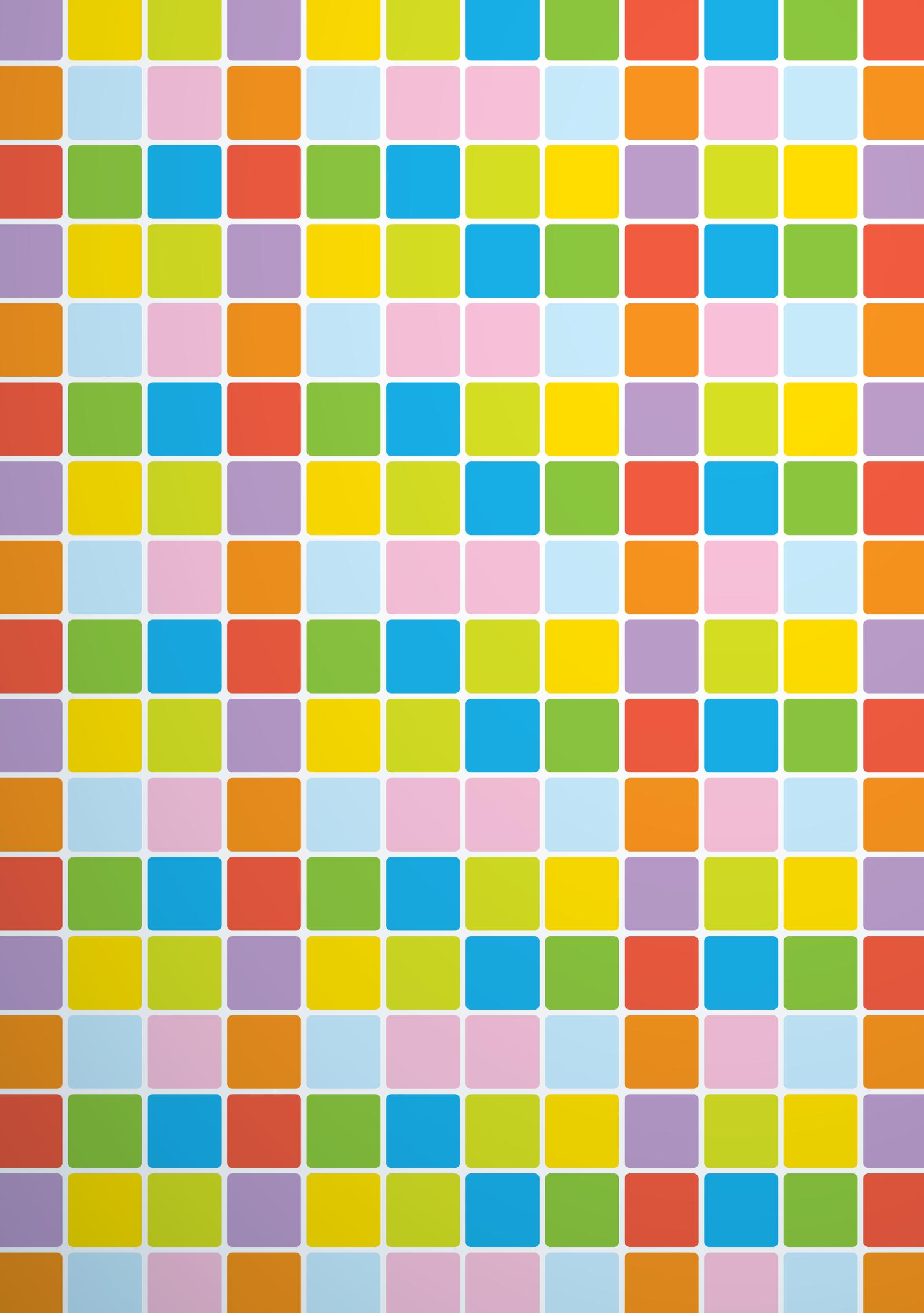
Os conselhos e comissões foram convidados a aderir ao projeto ODM em seminários e encontros. Ao longo do processo, os coletivos elegeram representantes, em um esforço para criar uma matriz de três naturezas:

- equilíbrio de representantes do governo, das empresas e das entidades representativas da comunidade;
- mescla entre os temas e segmentos que são objeto dos diferentes colegiados;
- combinação de representantes cuja atuação esteja focada em todos os Objetivos do Milênio.

Discutiu-se qual a composição mais equilibrada e finalmente os colegiados elegeram os representantes para o Comitê Pró-ODM de Santos. O processo foi formalizado por um decreto do Executivo.

A Prefeitura contou com o monitoramento e o apoio da organização da sociedade civil Agenda Pública e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o que deu aporte metodológico adequado à equipe municipal.

O funcionamento do Comitê possibilitará a ampliação do processo dos ODM para toda a comunidade, exemplo que pode ser estendido para toda a Baixada Santista.



REALIZAÇÃO

AGENDA PÚBLICA

Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas

COORDENAÇÃO



PRODUÇÃO

Ministério
do Planejamento



Secretaria-Geral da
Presidência da República



PORTAL

ODM

www.portalodm.com.br